



Relatório de Gestão Consolidado

O GRUPO MUNICIPAL

O relatório de gestão consolidado do Município de Coimbra, do exercício de 2020, relata o estado e evolução da atividade do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação de contas do município.

A consolidação de contas configura um instrumento que permite dar a conhecer a verdadeira situação económico-financeira do grupo municipal e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas, podendo, conseqüentemente, contribuir para aperfeiçoar a gestão e o controlo daquelas entidades.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. O n.º 1 do artigo 75.º estabelece que, “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

Nos termos do disposto na Resolução n.º 02/2020 - 2.ª S do Tribunal de Contas, os municípios estão sujeitos ao dever de elaborar e prestar contas (artigo 51.º, n.º 1, alínea m), da LOPTC, conjugado com o artigo 2.º da mesma Lei). Para além da obrigação de apresentar contas individuais, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. A alínea b) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, prorroga, no contexto da pandemia, o prazo de envio das contas aprovadas ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2021.

No que respeita à aprovação de contas consolidadas, considerando a prorrogação, até 30 de junho de 2021, do disposto no artigo 7.º-C da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril (cf. n.º 2 do artigo 10.º da referida Lei n.º 6/2020, alterado pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro), a apreciação das mesmas pelo órgão deliberativo poderá ocorrer na reunião ordinária de junho.

Todavia, as empresas locais devem proceder à prestação das respetivas contas ao Tribunal de Contas até 15 de julho de 2021, tendo em consideração uma interpretação que conclui pela aplicabilidade, em 2021, do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.

Por outro lado, entendimento do Tribunal de Contas que o termo do prazo para apresentação de contas consolidadas pelas entidades abrangidas pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, é o dia 31/08/2021.

Tal entendimento resulta da manutenção em vigor, até 30 de junho de 2021, do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março - por força do disposto na alínea b) do mencionado artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021 -, preceito este que deve ser conjugado com a segunda parte do n.º 4 do art.º 52 da LOPTC e com o n.º 5 do art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais.

O mesmo prazo de 31/08/2021 é igualmente aplicável à apresentação das contas consolidadas pelas entidades abrangidas pelo n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual - resultante do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 22-A/2021, de 17 de março -, atendendo igualmente à conjugação desta norma com a segunda parte do n.º 4 do art.º 52 da LOPTC e com o n.º 5 do art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais.

Neste pressuposto as entidades que compõem o perímetro municipal realizaram as respetivas assembleias gerais de aprovação de contas individuais, durante o mês de junho, o que inviabilizou a aprovação das contas consolidadas na reunião ordinária da assembleia municipal de junho.

Cumprindo o disposto na Lei das Finanças Locais (LFL), o Município de Coimbra elabora as contas consolidadas do Grupo Municipal, que serão submetidas à aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal.

Conforme o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades por si controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade tendo como objetivo beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo avalia-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Em 2020, pela primeira vez, é utilizado o referencial contabilístico, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local.

O SNC-AP (Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro) revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Assim, a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, SNC-AP.

O Município de Coimbra, é a entidade-mãe do Grupo Municipal, constituído por um conjunto de entidades que prosseguem atividades que, no essencial, se enquadram no âmbito das suas atribuições e competências e que a seguir se apresenta:

IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL

(Unidade: euros)

Entidade	NIF	Sede	% de Capital	Valor
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	506566307	Rua da Alegria, n.º 111 - Coimbra	100,00%	39 140 176
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	502675870	R.da Casa Branca, Casal das Nogueiras - Coimbra	100,00%	248 300
LUSITÂNIA GÁS - Companhia de Gás do Centro, S.A.	502761024	Av. Cong. Op. Democrática, n.º 54 - Aveiro	0,85%	174 270
ODABARCA - Animação Turística do Mondego, S.A.	503133531	Av. Urbano Duarte / Qº. das Varandas - Coimbra	10,00%	34 916
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	R. Alexandre Herculano, n.º 21-B - Coimbra	6,93%	282 325
MAC - Mercado Abastecedor de Coimbra, S.A.	502936436	Mercado Abastecedor de Coimbra - Taveiro	14,55%	400 000
METRO-MONDEGO, S.A.	503671320	R. Rodrigues de Gusmão, n.º 21 - Coimbra	14,00%	150 500
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	506787729	Parque Tecnológico de Coimbra - Antanhol	92,65%	2 423 979
Águas do Centro Litoral, S.A.	513616181	Av. Dr. Luís Albuquerque - Coimbra	10,87%	4 371 619
Associação Coimbra Região Digital	506394930	Praça 8 de Maio, Casa Aninhas - Coimbra	13,11%	50 000
RUAS - Associação Univer(SC)idade	510119948	Colégio S. Bento - Rua Arco da Traição - Coimbra	50,00%	75 000
Fundo Esp.I.I.F.em Reab.Urbana Coimbra Viva I	720012414		47,01%	2 375 640
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Praça do Comércio, Ala Oriental - Lisboa	0,71%	2 975 432
TOTAL				52 702 156

Tendo por base o Art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) e o disposto na NCP 22, foi definido o perímetro de consolidação do Município de Coimbra, que se mantém relativamente ao ano transato, e que abrange:

1. **Município de Coimbra** - NIPC 506415082 – entidade consolidante;
2. **Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)** - NIPC 680015965 - método da simples agregação;
3. **AC - Águas de Coimbra, EM** - NIPC 506566307 – método de consolidação integral (100% de participação no capital da empresa municipal);

4. **Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.** – NIPC 502675870 – método de consolidação integral (100% de participação na capital da empresa municipal);
5. **IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.** – NIPC 506787729 - método de consolidação integral (92,65% de participação no capital da empresa municipal);
6. **Associação RUAS** – NIPC 510119948 – método de consolidação integral (50% de participação no capital associativo).

ORGANOGRAMA DO GRUPO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO



O método integral é o utilizado uma vez que o Município de Coimbra é detentor de uma percentagem de controlo maior ou igual a 50% em todas as entidades participadas que compõe o perímetro. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

Recursos Humanos

Num ano marcado pelos múltiplos ajustes que foi necessário realizar por força da situação pandémica, designadamente em matéria de recursos humanos, o Grupo Municipal manteve de forma continuada o seu funcionamento, em modo presencial e em teletrabalho, adotando as medidas previstas nos planos de contingência individuais.

O número de trabalhadores que integra o grupo autárquico a 31 de dezembro de 2020, ascende a 2.046, distribuídos conforme quadro abaixo.

Trabalhadores do Grupo Municipal inserido no perímetro de consolidação

Entidade	Número de Trabalhadores em 31/12/2020		
	Masculino	Feminino	TOTAL
Município de Coimbra	687	605	1292
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	407	51	458
AC, Águas de Coimbra, E.M.	212	65	277
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	3	14	17
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	1	1	2
RUAS - Associação Univer(SC)idade	0	0	0
TOTAIS	1310	736	2 046

Caracterização das Entidades a Consolidar e Análise dos Fatores Relevantes das Contas Individuais das Entidades que Compõem o Perímetro de Consolidação**Entidade “mãe” - Câmara Municipal**

- Contas individuais aprovadas pela assembleia municipal na reunião ordinária de junho.

A organização do Município de Coimbra tem por suporte a existência de duas estruturas: uma política e outra administrativa, inter-relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal.

A Câmara Municipal é constituída por onze membros (1 Presidente e 10 Vereadores) a quem compete, num quadro de delegações previamente estabelecido, a responsabilidade pela definição de estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre as atividades do Município.

No âmbito deste órgão destaca-se, assim, através do mecanismo de delegações e subdelegações de competências, um “Corpo Executivo” constituído pelo Presidente da Câmara e os Vereadores investidos de responsabilidades na área de gestão, que têm a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais para consecução dos objetivos que materializam as políticas definidas.

ATIVIDADE

As atividades desempenhadas enquadram-se no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, de 12/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, destacando-se as seguintes áreas de intervenção: Economia, Cultura, Urbanismo, Social, Desporto e Juventude, Educação, Saúde, Mobilidade, Polícia Municipal, Proteção Civil e Ambiente.

RESULTADOS

No ano 2020 foi implementado um novo normativo contabilístico, o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

No âmbito da implementação do novo normativo contabilístico foi efetuado, com referência a 1 de janeiro de 2020, um conjunto de ajustamentos ao balanço de 2019 (ajustamentos ao balanço inicial) preparado ao abrigo do anterior normativo. Por força dos ajustamentos decorrentes da implementação do SNC-AP o ativo do município foi reduzido em 14,2 milhões de euros, o passivo em 36 milhões de euros e o património líquido em 21,8 milhões de euros.

Concluimos assim que da redução de 34,7 milhões de euros do ativo, 14,1 milhões de euros decorrem dos ajustamentos iniciais, que para a redução do passivo de 55,6 milhões contribuíram ajustamentos aos saldos iniciais de 36 milhões de euros e que o aumento do património líquido em 20,8 milhões de euros resulta do efeito conjugado dos ajustamentos aos saldos iniciais de 21,8 milhões de euros e outras reduções ocorridas no ano de 2020 de um milhão de euros.

No final do exercício económico de 2020 o ativo do Município de Coimbra situava-se nos 696,6 milhões de euros (2019: 731,3 milhões) menos 34,7 milhões de euros (4,75 %) em relação ao ano anterior, para o que contribuiu a redução do ativo não corrente em 33,8 milhões de euros.

A 31 de Dezembro de 2020 o ativo da Autarquia totalizava 696,6 milhões de euros (2019: 731,3 milhões), um decréscimo de 34,7 milhões de euros face ao ano anterior, em resultado da redução do ativo não corrente em 33,8 milhões de euros, 5,02%.

O ativo corrente ascende a 57,6 milhões de euros (2019: 58,6 milhões de euros), registando uma redução de 1 milhão de euros (-1,67%).

No ativo corrente destaque para:

- A rubrica “devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis” que ascende a 428 mil euros em 31.12.2020 e refere-se as transferências e subsídios a receber, a título não reembolsável, apresentando uma redução de 18,1 mil euros relativamente ao ano anterior (2019: 18.569 mil euros). Esta variação decorre da aplicação do SNC-AP e mais concretamente da “FAQ 42” da Comissão de Normalização Contabilística que preconiza que o reconhecimento dos valores a receber está dependente da conclusão do fornecimento dos bens e serviços ou investimento financiados e não da mera aprovação da candidatura, critério utilizado até 2019, ao abrigo do anterior normativo contabilístico, o POCAL;

- A rubrica clientes, contribuintes e utentes ascende, em 2020, a 200 mil euros (2019: 187 mil euros) e inclui imparidade acumulada de 4,5 milhões de euros (2019: 4 milhões de euros);
- A conta “impostos e taxas imputados ao período” regista os rendimentos referentes a impostos relativos ao exercício, a receber no ano seguinte. Em 2020 inclui 25.450,6 mil euros referentes à estimativa de IMI respeitante a 2020, a liquidar e a cobrar em 2021, nos termos das disposições do SNC-AP;
- A conta diferimentos ascendeu a 1,9 mil euros (2019: 199,8 mil euros) e correspondem, na sua maioria, a encargos já assumidos e que se referem a custos de anos seguintes. Inclui, em 2020, a quantia de 1,73 mil euros relativa a adiantamento do subsídio de exploração de 2021 aos SMTUC, nos termos do despacho do Presidente da Câmara de 28.12.2020, ratificado pela deliberação do executivo nº 2197, de 11.01.2021.

O Património líquido do Município totalizou 603,9 milhões de euros (2019: 583,1 milhões), refletindo um aumento de 20,8 milhões de euros, 3,57 %, face ao verificado em 2019. O resultado do exercício atingiu os 1,59 milhões de euros, superior em 422 mil euros ao do ano anterior.

No mesmo período, o passivo da autarquia ascendia a 92,7 milhões de euros (2019: 148,3 milhões), uma redução de 55,6 milhões de euros, 37,47 %, face ao final do período transato, sendo 73,9% passivo não corrente (2019: 41,3%) e 26,1 % passivo corrente (2019: 58,7%).

Comparando os dois períodos verifica-se um decréscimo do valor global do passivo na ordem dos 55,6 milhões de euros para o que contribuiu a redução do passivo corrente em 62,8 milhões de euros e o aumento do passivo não corrente em 7,2 milhões de euros.

O passivo não corrente ascendia, no final de 2020, a 68,5 milhões de euros (2019: 61,3 milhões de euros). O aumento do passivo não corrente em 7,2 milhões de euros resultou do efeito conjugado de:

- Diminuição das provisões em 31,3 milhões de euros;
- Diminuição dos financiamentos obtidos em 3,5 milhões de euros;
- Aumento dos diferimentos em 39,5 milhões de euros.

Destaque para a conta “provisões” que regista as responsabilidades do município relativas a processos judiciais em curso, cujo desfecho desfavorável é provável ou certo que se cifrou, em 31 de dezembro de 2020, em 2,8 mil euros (2019: 34,1 mil euros). Para a redução de 31,3 milhões desta rubrica contribuiu a regularização aos saldos iniciais de 2020, no valor de 32 milhões de euros, por força da aplicação dos critérios definidos no SNC-AP.

Destaque também para a conta diferimentos que respeita a rendimentos a reconhecer a mais de 12 meses após a data de relato. Cifrou-se em 39,5 milhões de euros em 2020, dos quais 28 milhões

dizem respeito ao diferimento do valor da concessão de direito de superfície sobre terreno à Aplicação Urbana VI, pelo prazo contratado e 11 milhões, a subsídios ao investimento atribuídos no âmbito de projetos cofinanciados cuja obra ainda não se encontra completamente executada. Em 2019 os rendimentos a reconhecer foram todos incluídos no passivo corrente.

O passivo corrente ascendia, no final de 2020, a 24,2 milhões de euros (2019: 87 milhões de euros). A diminuição do passivo corrente em 62,8 milhões de euros resultou do efeito conjugado de:

- Redução dos diferimentos em 58 milhões de euros;
- Redução dos fornecedores de investimento em 3,2 milhões de euros.

O resultado líquido do período de 2020, foi positivo em 1,59 milhões de euros. A variação positiva verificada, relativamente a 2019, decorre da evolução do resultado operacional, que passou de 1,26 milhões de euros em 2019, para 1,7 milhões de euros em 2020, representando um aumento de 0,44 milhões de euros, aliada também ao facto de não existirem gastos de financiamento significativos.

Conforme já referido, com a transição para o SNC-AP, as demonstrações financeiras referentes a 2019 foram preparadas através de uma conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras no novo referencial contabilístico, que sem alterar o resultado líquido, altera a estrutura dos resultados. Assim:

- Os Custos e Perdas Extraordinários e outros custos e perdas operacionais em POCAL encontram-se agora descritos como Outros Gastos e Perdas;
- Os Proveitos e Ganhos Extraordinários em POCAL encontram-se agora descritos como Outros Rendimentos e Ganhos;
- Os Proveitos e Ganhos Financeiros em POCAL, constam como Rendimentos Financeiros, em SNC-AP.

O alinhamento permite calcular sucessivamente:

- a) Os resultados antes de depreciações e de gastos de financiamentos;
- b) O resultado operacional (antes de gastos de financiamento);
- c) O resultado antes de impostos;
- d) O resultado líquido do período, depois do imposto sobre rendimento.

Ao nível dos **rendimentos** que totalizaram 85,96 milhões de euros em 2020 (2019: 84,6 milhões de euros), verificamos que aumentaram 1,4 milhões de euros face ao ano anterior, resultado do efeito conjugado de:

- do aumento da coleta dos Impostos, contribuições e taxas no valor de 2,5 milhões de euros, apesar da manutenção ou diminuição das taxas de referência nos últimos anos, como se percebe pela análise do parágrafo seguinte;
- do aumento das transferências e subsídios correntes obtidos em 2,41 milhões de euros;
- da redução da conta outros rendimentos em 3,1 milhões de euros;
- da diminuição das prestações de serviços e concessões em 0,3 milhões de euros.

A rubrica Impostos, contribuições representa, em 2020, 58% da totalidade dos rendimentos (2019: 56%).

A conta impostos e taxas totaliza, no ano de 2020, 50,3 milhões de euros, mais 2,5 milhões de euros face ao ano anterior, o que representa um aumento de 5.23 %, em resultado do efeito conjugado de:

- aumento de 1,76 milhões de euros da cobrança de derrama;
- aumento de 2 milhões de euros da cobrança do IMT;
- redução de 1,5 milhões de euros na rubrica de taxas que se deve essencialmente à diminuição do valor correspondente às taxas de ocupação da via pública e que decorre em grande parte das isenções concedidas no âmbito do Plano de Contingência Coronavírus (Covid-19).

A rubrica "transferências e subsídios correntes obtidos" representa 27% do total de rendimentos apurado. Cifrou-se em 22,9 milhões de euros em 2020 (2019: 20,5 milhões de euros) e para o aumento de 2,4 milhões de euros contribuiu o financiamento da transferência de competências para o Município na área da educação iniciado em setembro de 2020 e que ascendeu nesse ano a 1,3 milhões de euros.

A conta prestações de serviços e concessões foi de 4,7 milhões de euros em 2020 (2019: 5 milhões de euros), menos 300 mil euros que no ano anterior, justificadas pelas isenções de rendas de concessões e comércio e serviços municipais encerrados, nomeadamente instalações desportivas e culturais no âmbito das medidas municipais definidas no Plano de Contingência Coronavírus (Covid-19).

A redução da rubrica de "outros rendimentos" de 11,1 milhões de euros em 2019 para 8 milhões de euros em 2020 deveu-se essencialmente à redução do valor de rubricas de caráter "extraordinário" ao abrigo do anterior normativo contabilístico.

Os gastos totalizaram 84,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 0,94 milhões de euros face ao ano anterior, em resultado essencialmente do efeito conjugado das variações nas seguintes rubricas:

- aumento de 2,45 milhões de euros da rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização;
- aumento de 0,42 milhões euros da rubrica de custos com o pessoal;
- redução de 1,35 milhões de euros da rubrica de fornecimentos e serviços externos;
- redução de 0,83 milhões de euros na rubrica de outros gastos que corresponde essencialmente à diminuição do valor das rubricas de carater extraordinário ao abrigo do anterior normativo contabilístico.

Na estrutura de gastos são os gastos com pessoal que têm maior peso.

A conta fornecimentos e serviços externos apresenta uma variação negativa de 5,6%. O valor da rubrica é de 22,7 milhões de euros em 2020, menos 1,3 milhões do que em 2019 em que ascenderam a 24 milhões de euros. Com maior peso temos as atividades sociais (transportes e refeições escolares), recolha e tratamento de resíduos sólidos e eletricidade que representam, em 2020, 17,92%, 17,85% e 17,12% do total.

As transferências e subsídios concedidos, que representam 21% na estrutura dos gastos, foram de 17,7 milhões de euros em 2020, registando um ligeiro acréscimo de 0,7% face a 2019. Apesar da quebra generalizada da atividade das entidades apoiadas pelo Município devido à situação de pandemia, a política social do executivo foi no sentido de manter os apoios às diversas entidades como forma de compensação dessa queda.

Os gastos de depreciação e amortização atingiram os 10,1 milhões de euros em 2020, 12,89% do total, tendo crescido 29% correspondente a 2,4 milhões de euros face ao ano anterior. Esta variação resulta da alteração da política de depreciação dos bens por força da implementação do SNC-AP que se traduziu numa redução generalizada da vida útil dos bens.

A análise através de indicadores permite concluir:

- Verifica-se uma melhoria de ambos os indicadores do prazo médio de pagamentos, que foi de 39 dias em 2020, menos dois dias que no ano anterior e, considerando também os fornecedores de investimentos, desceu de 44 dias em 2019 para 30 dias em 2020;
- Os Meios Libertos Líquidos apresentam uma evolução positiva de 3 milhões de euros na sequência do aumento do resultado líquido em 422 mil euros e das amortizações do exercício em 2,4 milhões de euros;
- Os indicadores de liquidez geral e reduzida em 2020 ultrapassaram largamente os 100%, cifrando-se o indicador de liquidez imediata perto dos 100%.

- Os indicadores de estrutura financeira apresentados confirmam a estabilidade financeira do município, a baixa dependência de financiamentos externos, o património líquido como principal fonte de financiamento do ativo, e a grande capacidade de solver dividas quer a curto quer a médio longo prazo;
- Os indicadores de endividamento relacionam as origens de recursos entre si, retratando a posição entre Fundos Próprios e capital alheio. Indicam o grau de dependência em relação ao capital alheio.

Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)

- Contas individuais aprovadas pela assembleia municipal na reunião ordinária de junho.

Os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) são uma estrutura municipal vocacionada para assegurar o Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Coimbra.

Visão: Ser um prestador de serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminente social, modernos, de confiança, seguros, responsáveis ambientalmente e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

Missão: Garantir uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo ações que privilegiem a opção do uso do transporte coletivo.

Os transportes urbanos em Coimbra remontam ao ano de 1874 com a introdução dos carros americanos. A 15 de maio de 1908, a Câmara propõe: “Que se municipalize o serviço de tração elétrica”.

Em 26 de novembro do ano de 1984, devido à dimensão dos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC), o executivo camarário aprovava a sua separação em dois Serviços: Transportes Coletivos e Águas e Saneamento, aprovando os respetivos quadros de pessoal, de forma a ser possível implementar a separação, a qual veio a efetivar-se em 1 de janeiro de 1985.

ATIVIDADE

A rede de transporte público de passageiros dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, com uma extensão de 615,5 km e 1.363 pontos de paragens, é constituída por 94 linhas, 4 das quais efetuadas em modo elétrico ou híbrido e as restantes, principalmente as do núcleo urbano, também com recurso a autocarros standard 100% elétricos.

Complementam esta rede de transporte urbano de passageiros, o Serviço de Transporte Especial, destinado a passageiros com mobilidade reduzida, e o Elevador do Mercado D. Pedro V.

O ano de 2020 foram transportados um total de 7,6 milhões de passageiros, tendo-se registado uma quebra acentuada e sem precedentes no número de passageiros transportados (-42,7%), invertendo a tendência que desde 2018 se observava, decorrente do crescimento progressivo da procura, potenciada pelas medidas de incentivo introduzidas para utilização dos transportes públicos, destacando-se as tomadas pelo Município no âmbito do transporte escolar e pelo Governo, no que concerne ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes (PART). Esta quebra não foi, naturalmente, uma situação particular dos SMTUC, mas sim de dimensão nacional e internacional, que atingiu a grande maioria dos transportadores, não só rodoviários, mas também aéreos e fluviais, decorrente da pandemia COVID-19.

Pese embora a pandemia e a consequente redução da oferta (-1,4% das viagens efetuadas, comparativamente com 2019), fruto da extensão da rede de transportes concluiu-se o ano 2020 com 5.716 milhões de quilómetros percorridos (em cheio), mais 4,2%, com evidente reflexo no número de lugares/km oferecidos e de veículos/hora, que registaram um aumento de 5,1% e 0,9%, respetivamente.

Também, como resultado da pandemia e das medidas restritivas decretadas, quer ao nível da circulação na via pública, quer nos limites máximos da lotação dos veículos de transporte público de passageiros, a velocidade comercial registou um aumento de 3,6%, atingindo os 17,4 km/h, e a taxa de ocupação foi reduzida em 5,2%.

Da estrutura de utilização de títulos regista-se o aumento do peso dos Passes Sociais (2,6%), em detrimento dos restantes títulos ocasionais, indiciando claramente a cada vez maior fidelização dos nossos clientes, mesmo em tempos de pandemia. No âmbito das medidas extraordinárias de combate à pandemia Coronavírus (COVID-19) a venda do bilhete de motorista (a bordo das viaturas e no Elevador do Mercado D. Pedro V) esteve suspensa, durante o período de 16 de março a 7 de junho.

No Transporte a Pedido - Serviço de Transporte Especial, que viu consolidada a sua oferta desde 2019, sofreu em 2020 um decréscimo bastante significativo na procura, com uma redução de 53,2% dos passageiros transportados, face ao impacto da pandemia neste serviço de transporte de pessoas com mobilidade condicionada. Esta redução da procura refletiu-se na oferta, que registou um decréscimo de 49,2% nos quilómetros percorridos.

Além do transporte de passageiros, é também da responsabilidade dos SMTUC a gestão do estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e parques de estacionamento fechados propriedade do Município.

No que se refere ao estacionamento, destaca-se a reativação do Parque da Casa do Sal (Jardim). Relativamente às restantes zonas de estacionamento de duração limitada, controladas por parcómetros, evidencia-se a continuidade do plano de acompanhamento e controlo, em estreita

articulação com o Serviço de Polícia Municipal, pese embora a redução significativa da procura em resultado da pandemia.

Em julho de 2020 a APCER – entidade certificadora – realizou uma auditoria de acompanhamento ao Sistema de Gestão da Qualidade dos SMTUC, concedendo a manutenção da certificação do Sistema de Gestão em conformidade com a norma NP EN ISO 9001 – Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos.

A partir de meados do mês de março, foram implementadas um conjunto de medidas extraordinárias nas redes de transportes, vendas e estacionamento, de acordo com o Plano de Contingência Coronavírus (COVID-19) aprovado e ativado pelo Sr. Presidente da Câmara a 9 de março.

Pese embora os efeitos nefastos da pandemia, destacam-se as medidas tomadas ao nível do reforço da frota urbana e o contínuo investimento em novas tecnologias relacionadas com a informação ao público.

O investimento bruto ascendeu a 3.044.541,20 €, essencialmente com a aquisição de equipamento básico, destacando-se a aquisição de 9 miniautocarros elétricos e respetivos carregadores no valor de 2.303.100,00 € no âmbito da 2.ª candidatura ao Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR) em 2018, com a designação POSEUR 01-1407-FC-00038 “Promoção de eficiência energética nos transportes coletivos de passageiros incumbidos da missão de serviço público”.

Também para reforço da frota, foram adquiridos 7 autocarros standard usados e uma viatura de transporte especial.

Foi adquirido um equipamento oficial para a manutenção de ar condicionado da frota dos SMTUC e um elevador de colunas para efetuar a manutenção das viaturas ligeiras de apoio.

Foram adquiridas 3 viaturas ligeiras usadas de apoio à rede de transportes, uma das quais com plataforma elevatória para utilização em trabalhos em altura, nomeadamente na conservação e manutenção da rede de tração.

RESULTADOS

Em 2020, registou-se uma mudança de referencial contabilístico de POCAL para SNC-AP, à luz do disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro de 2015.

Ao nível dos resultados, a redução da procura em 2020 resultou numa redução da receita de 41,5%.

Os Rendimentos Operacionais registaram uma quebra de 14,2% e os Gastos Operacionais cresceram 2,0%, o que se traduziu num Resultado Operacional negativo de 299.350,63 €, dado que os Rendimentos Operacionais apenas cobriram 40,6% dos Gastos Operacionais e só com o acréscimo do Subsídio à Exploração, no valor de 2.333.561,93 €, foi possível melhorar o Resultado Operacional.

Nos Rendimentos Operacionais destaque para:

- A Prestação de Serviços com o Transporte de Passageiros que representa 27,2% dos Proveitos Operacionais e registou uma quebra de 41,8%, no valor de 3.109.123,59 €;
- As Taxas de Parómetros diminuíram 47,4%, no montante de 405.772,44 €;
- A Prestação de Serviços com os Parques de Estacionamento diminuiu 28,0%, no valor de 72.827,95 €;
- No Subsídio à Exploração, os rendimentos ascenderam a 9.346.327,93 €, dos quais 2.661.411,93 € respeitam a verbas provenientes do Programa de Apoio à Redução Tarifária do ano de 2020, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 1-A/2020, de 19 de março e posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, que estabeleceu procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19, bem como do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta.

Nos Gastos Operacionais:

- O Custo das Existências Consumidas representa 16,2% do total dos Gastos Operacionais e registou um decréscimo de 11,9%, influenciado pela diminuição do Custo com o Gasóleo em 11,9% e dos diversos materiais com um decréscimo de 13,2%.

A diminuição do custo total com o Gasóleo resultou não só de uma diminuição no preço, mas também de uma diminuição na quantidade de litros consumida, influenciada pela situação excecional vivida a partir de março pela pandemia da COVID-19, tanto na procura como na oferta, e pela utilização das novas viaturas elétricas ao longo de todo o ano.

- Os Fornecimentos e Serviços Externos representam 13,4% do total dos Gastos Operacionais e aumentaram 6,1% no total, em consequência do crescimento dos Subcontratos (+8,5%) e dos Fornecimentos e Serviços (+5,9%).

Os aumentos da Eletricidade (+7,4%), em resultado do maior recurso a viaturas elétricas, dos Seguros (+4,0%), do Material de Conservação e Reparação (+1,5%), da Limpeza, Higiene e Conforto (+22,1%) e dos Trabalhos Especializados (+32,2%) destacam-se nas componentes que mais contribuíram para o aumento dos Fornecimentos e Serviços.

O aumento dos gastos nas rubricas de Limpeza, Higiene e Conforto e Trabalhos Especializados resultam das medidas tomadas no âmbito da prevenção e combate à pandemia.

- As Amortizações do Exercício cresceram 34,05% e representam 10,4% dos Gastos Operacionais.

- As Provisões do Exercício diminuíram 79,7%.

O Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento diminuiu de 3.905.231,55 € em 2019 para 1.430.197,15 € em 2020.

Em consequência do exposto o Resultado Operacional antes de gastos de financiamento situou-se nos 299.350,63 € negativos.

Também o Resultado Líquido do período é igualmente negativo no valor 299.947,68 €, registando uma inversão de tendência.

Com exceção da taxa de cobertura dos Gastos Operacionais pelo Subsídio à Exploração, e fruto da situação pandémica, as restantes taxas de cobertura em % dos Gastos Operacionais nos SMTUC mostram uma evolução desfavorável.

O Ativo Líquido Total cifra-se, no final do exercício económico de 2020, em 14.322.480,16 €, o que representa um aumento de 23,7% face ao ano anterior.

O Ativo não corrente cresceu 16,6%, +1.314.993,424 €, em consequência do aumento do investimento em 2020.

O Ativo Corrente, com Diferimentos, registou um aumento de 39,2%, destacando-se o aumento dos Inventários, Devedores por Transferências, Estado e Outras Contas a Receber, face à redução das Dívidas de Clientes e Caixa e Depósitos.

O Património Líquido (Capitais Próprios) registou um aumento de 23,7%, resultante da melhoria dos Resultados Transitados e de Outras Variações Positivas no Património Líquido.

O Passivo Total com diferimentos aumentou 48,6%, devido ao aumento das outras contas a pagar e ao aumento das Dívidas a Fornecedores.

A evolução da estrutura do balanço teve efeitos sobre os seguintes indicadores:

- O indicador de Autonomia Financeira passou de 69,7%; para 63,5%;
- O indicador de Endividamento melhorou de 30,0%; para 24,2%;
- O indicador de Solvabilidade cresceu significativamente de 333,0% para 413,5%;

- O indicador de Liquidez Geral passou de 203,0% para 274,4%;
- O Grau de Cobertura do Imobilizado melhorou de 122,9% para 115,9%.

O Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP) situou-se nos 27 dias em termos médios anuais.

AC, Águas de Coimbra, E.M.

- Contas individuais aprovadas em reunião da assembleia geral datada de 24/06/2021.

A Empresa Municipal foi constituída em 24 de maio de 2003, sendo o capital social detido integralmente pelo Município de Coimbra. A Empresa dá continuidade à atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra (SMASC), que, por sua vez, sucederam aos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC).

A AC, Águas de Coimbra, EM tem por objeto prestação de serviços públicos essenciais, de abastecimento de águas e drenagem de águas residuais e pluviais, à população do concelho de Coimbra.

Missão: assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.

Visão: ser uma referência nacional na prestação de serviços de excelência aos clientes e na adoção de práticas inovadoras no setor das águas.

Linhas estratégicas de atuação

- Disponibilizar água de qualidade, com recurso a serviços que vão ao encontro das necessidades e expectativas dos clientes, orientando-os para a simplificação de procedimentos e relacionamento próximo;
- Desenvolver práticas inovadoras, criando e desenvolvendo melhores práticas no âmbito da gestão do negócio e da sua operacionalização;
- Garantir a sustentabilidade da empresa, aumentando o volume de negócios pela diversificação de serviços e pelo aumento de escala, incrementar a eficácia e eficiência operacional e gerar valor para as partes interessadas.

ATIVIDADE

Em 2020, em contexto pandémico, a Águas de Coimbra executou uma das várias medidas municipais de emergência para apoio às famílias, associações e empresas, que foram determinadas, por despacho, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Consistiu na redução do preço da fatura da água para as famílias, empresas de comércio, indústria e serviços,

bem como para as instituições particulares de solidariedade social de Coimbra, durante os meses de abril, maio e junho. Este apoio que o Município realizou através da Águas de Coimbra, representou quase um milhão de euros na faturação da Empresa Municipal, cumprindo o objetivo de contribuir para minimizar o impacto negativo da pandemia para os municípios.

Para além de manter a continuidade dos serviços essenciais, a Águas de Coimbra conseguiu cumprir muitos dos projetos e objetivos que estavam estabelecidos para o ano 2020. Destaque para o avanço alcançado pela implementação da Telemetria. Apesar das adversidades, em 2020, foi possível alargar a Telemetria às zonas de medição e controlo (ZMC) de Silva Gaio, Santa Clara I, Santa Clara II, Arruela, Alqueves, S. Martinho do Bispo, Casa do Sal, Loreto, Monte Formoso e Celas, através da instalação de cerca de 12 500 contadores com esta tecnologia. Foi, ainda, implementado o sistema de Telemetria na ZMC do Iparque e efetuados testes na ZMC de Andorinha.

Assim, em 2020, o número de contadores inteligentes instalados passou de 23 000 para mais de 37 000, representando cerca de 43,5% do parque de contadores. Este nível de cobertura da Telemetria já assegura a medição de quase 50% do volume de água faturada, o que representa um significativo avanço num projeto que é estratégico para a Empresa Municipal.

Do exercício referente ao ano de 2020, verifica-se que o parque de contadores instalados tem uma idade média de 4.1 anos, o que representa uma diminuição de 0.8 anos face ao valor no final de 2019 (4.9 anos). Esta melhoria na idade média do parque de contadores tem reflexos positivos na medição da água faturada, permitindo a diminuição das perdas por subcontagem.

Em 2020, manteve-se a política de estabilização dos preços e a estrutura tarifária em vigor, de acordo com a Proposta de Tarifário aprovada, procedeu-se a dois pequenos ajustamentos tarifários, com vista ao cumprimento integral das Recomendações Tarifárias da ERSAR.

Na Proposta de Tarifário para 2020, a previsão dos Rendimentos Tarifários ascendia a 25 991 578,01 €, mas, o valor dos Rendimentos Tarifários obtidos, ao longo do ano de 2020, ascendeu a 23 903 350,72 €, incluindo a faturação de ramais de Abastecimento de Água (AA) e de Águas Residuais (AR), no âmbito dos Serviços Auxiliares previstos nas Recomendações Tarifárias da ERSAR, o que representa um desvio em relação ao previsto de - 8%. Tal desvio obtido nos Rendimentos Tarifários resulta, essencialmente, da pandemia.

Em consequência das medidas de apoio municipal, de forma a mitigar os efeitos económicos e sociais do surto Covid-19, ao nível dos preços da venda de água e prestações de serviços, a Águas de Coimbra viu o seu volume de negócios diminuir de forma significativa.

A redução do volume de negócios (venda de água e prestações de serviços), consequência do citado apoio municipal, processado até 31 de dezembro de 2020, ascende a nível da Atividade de

Abastecimento de Água a 666.773,64 € e em relação à Atividade de Saneamento de Águas Residuais de 126.094,89 €, num total de 792.868,53 €.

Não obstante ter havido uma variação positiva, ainda que pouco significativa, no volume de água vendido, este acréscimo ocorreu só ao nível dos consumidores domésticos já que se verifica uma redução de consumo dos clientes não domésticos para os quais a tarifa volumétrica média aplicada é superior à tarifa volumétrica média que pagam os clientes domésticos.

Assim, em 2020, e em consequência do exposto, registou-se uma maior quantidade de água vendida, mas de valor inferior ao do ano anterior, descendo o valor da respetiva tarifa média volumétrica.

RESULTADOS

O resultado antes de imposto, em 2020, foi positivo, no valor de **216 821,47 €**.

A contribuição de cada uma das atividades principais:

- abastecimento de água: 2.048.766,95 €;
- saneamento de águas residuais: - 783.660,55 €;
- drenagem de águas pluviais: -1.048.284,93 €.

Comparativamente com o período de 2019, regista-se uma diminuição de 5,95% na atividade de abastecimento de água, 0,01% na atividade de águas residuais e 38,89% na atividade de águas pluviais.

Os rendimentos gerados, em 2020, ascenderam a 26.131.674,06 €. Em relação ao ano anterior, apresentam uma diminuição de 208.567,95 €.

Os gastos ocorridos, em 2020, totalizam 25.914.852,59 €. Em relação a 2019, aumentaram 614.483,08 €.

Contrariando os acontecimentos desfavoráveis no apuramento do resultado do exercício, ocorreu a circunstância favorável da extinção de uma ação judicial em que a Águas de Coimbra era Ré e a Autora um fornecedor de imobilizado. O acordo verificado permitiu a contabilização de um ganho de 654.032,90 € em reversões de provisões. A provisão foi constituída no exercício económico de 2016.

O Resultado Líquido apurado no exercício ascendeu a 173.127,00 €, o que representa um decréscimo de 79 %, relativamente ao ano transato.

O balanço em 31/12/2020m, apresenta o um total do ativo de 93.122.619,12 €, onde o maio peso é do ativo não corrente, ativos fixos tangíveis.

No ativo corrente o maior peso é de caixa e depósitos bancários, cujo saldo ascende a 23.458.749,22 €, assim determinado:

- Saldo transitado de 2019 é de 19.902.666,47 €;
- Saldo gerado em 2020 ascende a 3.556.082,75 €.

Contudo, do montante referido de 23.458.749,22 €, o valor de 16.066.380,87 € corresponde ao encargo, contabilizado, desde abril de 2018 a setembro de 2020, com a recolha e tratamento de efluentes (acrescido de TRH e IVA respetivos) efetuada pela à Águas do Centro Litoral, S.A. (AdCL, S.A.), de acordo com o volume de caudais decorrentes do contrato de concessão celebrado entre as Águas do Mondego e o Município de Coimbra em 30 de dezembro de 2004.

Este encargo ainda não foi pago porque a AdCL não emitiu as faturas de acordo com os citados volumes de caudal, estando as faturas a ser devolvidas. Para provimento da faturação devolvida a Águas de Coimbra abriu uma conta na Caixa Geral de Depósitos para depósito dos valores devidos à Águas do Centro Litoral, S.A. dado subsistirem razões de ordem técnica que não permitem a medição dos efluentes para tratamento.

O passivo total ascende em 31/12/2020 a 30.353.604,96 €, onde o maior peso é o da rubrica “Outras dívidas a pagar”, relacionado com passivo inscrito na rubrica “Recolha e tratamento de efluentes a liquidar”, corresponde ao encargo a pagar à AdCL, S.A., por aquele serviço, de acordo com o volume de caudais previstos -Valores Mínimos Garantidos, do Contrato de Recolha de Efluentes celebrado entre a Águas do Mondego e o Município de Coimbra em dezembro de 2004. Sobre esta matéria, conforme divulgado nas demonstrações financeiras dos anos de 2017 a 2019, a Águas de Coimbra tem devolvido as faturas emitidas por não concordar com os volumes de caudais faturados por aquela entidade.

O total do capital próprio ascende a 62.769.04,16 €, refletindo um decréscimo de 0,85% e inclui um resultado líquido de 173.127,00 €.

Os indicadores quer económicos, quer de produtividade, quer financeiros apresentam uma diminuição de grandeza, relativamente aos anos anteriores.

Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.

- Contas individuais aprovadas em reunião da assembleia geral datada de 24/06/2021.

No dia 11 de junho de 1991 – foi constituída a Sociedade Civil, por quotas, denominada – “PRODESO – Sociedade para o Desenvolvimento Profissional e Social de Coimbra, Limitada”.

Em 1999 foi aprovada a passagem da Prodeso, de entidade promotora a entidade proprietária da Escola ITAP, sendo de 69% a participação do Município no capital social realizado.

O Município de Coimbra detém 100% da Prodeso, EM, Lda. com uma participação financeira, avaliada ao custo histórico, de 48.300,00 € no capital realizado e uma prestação suplementar efetuada em 2003 de 200.000,00 €.

Em Assembleia Geral realizada em novembro de 2018, foi deliberada a amortização da quota pertencente à sócia insolvente ACIC (detentora de 31% do capital social), com redução do capital social da sociedade, passando a Câmara Municipal de Coimbra a sócia única da Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda. cujo capital social atual é de 50.000,00 €, dado que em 2020 houve um aumento de capital social por incorporação de reservas livres de 1.700,00 €.

O Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra – ITAP tem como missão “... prestar um serviço de educação de elevada qualidade, contribuindo para a formação e qualificação de jovens capazes de atuar como agentes de mudança, conscientes dos seus deveres e direitos...”.

A Sociedade visa a promoção e gestão de equipamentos coletivos e a prestação de serviços na área da educação, qualificação e formação profissionais, nos termos previstos na alínea a) do artigo 45.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. No âmbito do objeto definido, compete à Sociedade a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação destinados ao ensino e à qualificação e formação profissionais, tendo em vista o desenvolvimento social. Também na prossecução do seu objeto, a sociedade pode desenvolver outras atividades, acessórias ou complementares, relacionadas com o ensino e com a qualificação e formação profissionais.

ATIVIDADE

Durante o ano de 2020 a Prodeso implementou no ITAP o sistema de garantia da qualidade alinhado com o Quadro de Referência Europeu de Garantia de Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (Quadro EQAVET). A partir de março de 2021 foi atribuído ao ITAP o Selo de Conformidade EQAVET, pelo período de três, através do Certificado nº 308/2021.

No ano letivo 2019/2020 o ITAP ministrou formação a 160 alunos. No ano letivo 2020/21, à data de 31/12, o número de alunos em formação perfaz 130.

Por níveis de formação a distribuição de alunos é a seguinte (2020/2021):

- Cursos Profissionais – 97 alunos;
- Cursos de Educação e Formação – 33 alunos.

Foi também desenvolvida uma ação de formação externa, para 12 motoristas dos SMTUC, com vista à obtenção do CAM.

As atividades desenvolvidas foram fortemente condicionadas pela pandemia, que comprometeu muitas das atividades programadas para o período de março a julho de 2020.

RESULTADOS

A situação pandémica levou a gastos não previsto, quer em equipamentos (equipamentos para alunos que não dispunham de meios para o ensino à distância), quer de material de proteção.

Ao nível da Demonstração de Resultados, observa-se, relativamente ao ano transato um decréscimo dos Fornecimentos e Serviços Externos, aumentando os custos fixos, designadamente os Gastos com o Pessoal e Gastos/reversões de depreciação e amortização. Aumento também da rubrica Outros Gastos e Perdas, com correções relativas a anos anteriores. Decréscimo de 21,43 % nos Subsídios à Exploração, em virtude de terem aberto menos turmas.

Note-se que a especificidade dos rendimentos obtidos pela Prodeso são resultado de candidaturas financiadas pelo POCH – Programa Operacional Capital Humano e pelo Orçamento de Estado o que justifica que, em 2020, as vendas e serviço prestados tenham sido de 1.560,00 € e os subsídios à exploração de 587.816,92 €.

No final do exercício de 2020, o ativo total ascendia a 937.953,39 €, representando o Ativo Corrente 95% do Ativo total. Em 31.12.2020, o passivo ascendia a 819.442,37 €, sendo nulo o valor do Passivo não Corrente.

Comparativamente com o exercício de 2019, no presente exercício apurou-se um Resultado Líquido do Exercício inferior em 153.928,47 €, o que contribuiu para que, no final do ano, o valor dos Fundos Próprios tivesse um crescimento negativo de 56,41%, tendo-se situado em 118.511,02 €.

IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.

- Contas individuais aprovadas em reunião da assembleia geral datada de 29/06/2021.

Constituído por escritura pública de 13 de fevereiro de 2004, o Coimbra iParque é um parque de ciência e tecnologia, gerido por uma sociedade especializada, a iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, EM SA, cujo objeto social é dinamizar e apoiar pólos de inovação tecnológica, incubadoras de empresas e outras iniciativas associadas ao desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.

A **Missão** do iParque é o desenvolvimento e a modernização do tecido empresarial da cidade de Coimbra e sua região, através de ações de promoção, criação e instalação de empresas de elevado conteúdo tecnológico, de consultorias e de formação orientadas para a inovação, desenvolvimento experimental e incorporação de novas tecnologias.

ATIVIDADE

O parque dispõe de 18 lotes, sendo 2 para serviços, 1 para edifício de gestão do parque, 1 para edifício de acolhimento de empresas e 14 para alienação a empresas que cumpram os critérios de instalação.

Dos 15 lotes destinados a alienação, encontram-se 13 vendidos, representando 95% da área vendável do parque. Dos 13 lotes vendidos, 7 já tem edifícios e empresas em funcionamento. E 3 lotes estão em construção os edifícios, em estado adiantado, nomeadamente a Olympus Medical e a TIS.

Destaque para os investimentos em curso, da empresa Olympus, que será concluído até final do ano corrente, da empresa TIS, que se espera concluído até final do primeiro semestre do corrente ano e o da SANFIL, que está praticamente concluído.

O edifício de gestão está construído e em pleno funcionamento, acolhendo também 14 empresas, a que acrescem 4 empresas com escritório virtual, o que significa uma ocupação a 100%.

Com a concretização do investimento da Olympus, TIS e SANFIL os postos de trabalho no Parque Tecnológico será de mais de 700 postos de trabalho. Só a empresa alemã, assegura criar 400 postos de trabalho, sendo que a grande maioria serão postos de trabalho altamente qualificados.

Entretanto, foi contratualizada a venda do lote 12 para a construção de uma Clínica de Reabilitação e hoje faz parte dos trabalhos da Assembleia Geral, a ratificação da decisão do Conselho de Administração, em arrendar o lote 2 para a construção de um parque desportivo. Quanto aos restantes dois lotes da primeira fase, um está reservado para a área da saúde e outro reservado para a TIS.

Foi celebrado contrato com o Instituto Politécnico de Coimbra para a instalação do Centro de Investigação no edifício Leonardo Da Vinci, um contrato por dez anos, renovável, em que as obras serão totalmente da responsabilidade do Instituto Politécnico de Coimbra, fim do qual as benfeitorias reverterem para a empresa, bem como nos termos contratuais terão de pagar a respetiva renda contratualizada.

O volume de investimento atingiu até agora, na construção do Parque, na construção edifício Leonardo Da Vinci e no projeto do edifício Tesla, o montante de 15.657.879,67 €. E estes

equipamentos atraíram, até ao momento, o montante em investimento, por parte das empresas, de 20.330.667,62 € e até final do ano de 2021 com a conclusão do investimento da SANFIL, TIS e Olympus, estima-se, que o investimento privado totalize mais de 55 milhões de €.

No decurso do ano de 2020 foi apresentada candidatura ao Portugal 2020, para a construção da segunda fase A, a infraestruturização de mais 5 hectares de terreno com criação de mais 7 lotes para a instalação de empresas. A empresa possui os recursos financeiros para a sua comparticipação.

A não execução da II Fase A das infraestruturas prejudica significativamente o acesso e a entrada no iParque, pelo facto de os arruamentos e respetivos passeios não estarem inteiramente concluídos. O iParque mantém a pretensão de implementar a segunda fase das infraestruturas, de forma gradual, de acordo com duas subfases A e B, definidas tendo por base um equilíbrio racional da oferta e da procura, bem como consideramos a construção do edifício Tesla como uma necessidade atendendo à ocupação total do edifício Leonardo Da Vinci.

RESULTADOS

No exercício de 2020, o resultado líquido foi positivo e ascendeu a 4.122,55 €;

No ano de 2020 o valor registado de 67.700,00 € nas Vendas e Serviços Prestados diz respeito ao aluguer de salas;

Subsídios à exploração - No ano de 2020 não houve movimentos nesta rubrica uma vez que não procedeu á venda de qualquer lote;

O capital próprio, em 31/12/2020, cifrava-se em 5.816.578,20 €, com um ativo de 8.472.054,98 € e um passivo de 2.655.476,78 €;

Destaque para a redução do passivo registado, entre 31.12.2018 e 31.12.2020, que diminuiu no montante de 3.646.139,22 €, dos quais 2.452.768,916 dizem respeito a financiamento bancário e para o reforço no mesmo período dos capitais próprios no valor de 1.157.976,98 €;

A empresa apresenta uma evolução positiva significativa da sua autonomia financeira, que em 2018 foi de 42,5% e em 2020 foi de 68,7%;

A certificação legal de contas, refere como Ênfase:

A Entidade aplicou pela primeira vez no presente exercício o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, tendo procedido às respetivas divulgações de acordo com o estipulado no correspondente Normativo, conforme se encontra referido no Anexo às demonstrações financeiras na sua nota "Adoção pela primeira vez do SNC-AP". Decorrente deste facto, as demonstrações financeiras de 2020 não são comparáveis com as demonstrações

financeiras de 2019, ocorreram contudo alguns desajustamentos entre a contabilidade financeira e a contabilidade orçamental por motivos de ordem técnica que a AIRC está a tentar solucionar.

Atendendo às potenciais repercussões — positivas ou negativas — no património da sociedade chamamos ainda a atenção para a nota 30 e 31 do Anexo — Processos Judiciais em Curso e Contencioso Tributário — relacionados com IVA e outros processos não fiscais.

Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia

- Contas individuais aprovadas em reunião da assembleia geral datada de 16/06/2021.

A Associação RUAS (Recriar a Universidade, Alta e Sofia) assume o papel de gestora do Bem "Universidade de Coimbra - Alta e Sofia". Foi constituída a 29 de dezembro do ano de 2011, envolvendo como fundadores, a Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal de Coimbra e a Direção Regional da Cultura do Centro.

As atividades desenvolvidas pela Associação, assim como as atividades de carácter administrativo, têm sido asseguradas por técnicos e colaboradores dos membros fundadores, sob coordenação da Direção.

A Associação RUAS é dirigida por uma Presidência (exercida rotativamente pela Universidade de Coimbra e pela Câmara Municipal de Coimbra) e por um Conselho Diretivo (presidido rotativamente pela Câmara Municipal de Coimbra e pela Universidade de Coimbra).

O modelo de gestão é inovador e reúne as entidades com jurisdição legal a operar no território. Destas entidades, três detêm responsabilidades executivas na Associação RUAS: a Universidade de Coimbra (UC), a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) e a Direção Regional da Cultura do Centro. A Assembleia Geral também inclui – sem responsabilidade executiva – outras instituições, assim como proprietários e outros agentes sociais cuja atividade está de algum modo ligada ao Bem ou à sua zona de proteção.

A Associação tem as seguintes finalidades:

- Salvar, promover e gerir as áreas candidatas e de proteção, definidas pela candidatura da Universidade de Coimbra a integrar a Lista de Bens de Património da Humanidade da UNESCO;
- Salvar, promover e gerir o território afeto ao Bem designado por Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, nos termos da classificação de Património Mundial atribuída pela UNESCO;

- Promover, apoiar e dinamizar iniciativas no âmbito da atividade científica, cultural e social, tendo em vista a preservação e a beneficiação do património afeto;
- Disponibilizar aos associados e demais interessados, informação atualizada sobre linhas de financiamento para projetos;
- Representar o Bem classificado junto das instituições nacionais e internacionais.

ATIVIDADE

Durante o ano de 2020, a Associação RUAS prosseguiu as linhas de ação preconizadas nos seus Estatutos, direcionado as suas iniciativas / atividades para a divulgação, promoção e valorização do Bem Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, sobretudo por intermédio da promoção e apoio de eventos e projetos na área da valorização do Património.

Em 2020, ano dominado por uma variedade de contingências decorrentes da pandemia provocada pela COVID-19, foi possível alicerçar o programa da 7ª edição do Sons da Cidade numa forte e fundamental colaboração entre várias instituições parceiras, permitindo a celebração do Património Classificado, tornando este evento pioneiro na região e País. Assim, pese embora os constrangimentos muito significativos que pautaram o ano de 2020, a atividade levada a cabo pela Associação RUAS permitiu, a valorização e projeção da Cidade e do Bem Classificado para o exterior, reforçando estarmos em presença de um território atrativo e seguro.

Foram desenvolvidas atividades nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento de atividades e parcerias que resultem em apoio financeiro ou de serviços para a conservação do Bem;
- Desenvolvimento de um calendário de atividades de promoção e divulgação do Bem;
- Criação de produtos turísticos que cheguem de modo mais efetivo a novos públicos;
- Criação de mecanismos de arquivo e disponibilização de informação e apoio na realização de atividades científicas, culturais e sociais;
- Criação de ferramentas de apoio à gestão administrativa e à sustentabilidade financeira da Associação.

A Associação RUAS desenvolveu ainda um conjunto de outras atividades relacionadas com a sua missão e obrigações decorrentes da Gestão do Bem Universidade de Coimbra – Alta e Sofia.

RESULTADOS

No ano de 2020, os rendimentos totais obtidos foram de 52.500,00 € e os gastos totais foram de 28.499,36 €, o que conduziu a um resultado líquido positivo de 24.000,64 €.

Os rendimentos obtidos resultam de recebimentos a título de quotizações, enquanto nos gastos assumem relevo os gastos de funcionamento, tais como: com estudos e trabalhos no âmbito de eventos, publicidade e gastos com contabilidade e gestão financeira.

O total do Capital Próprio, igual ao total do Ativo, ascende em 31/12/2020, a 60.032,05 € sendo que, os Resultados Transitados, são negativos em 113.968,59€. Destaque para a recuperação que o Capital Próprio tem vindo a registar, relativamente a prejuízos ocorridos em exercícios económicos anteriores, por força dos resultados gerados no exercício.

O Ativo é composto apenas por caixa e depósitos bancários e o Passivo é nulo.

BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

Estrutura Patrimonial Consolidada

Com base nas contas individuais das entidades consolidadas, ajustamentos e operações de consolidação, foram produzidos os documentos Financeiros do Grupo Municipal do exercício de 2020 – Balanço Consolidado, Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados e Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Balanço Consolidado evidencia a situação patrimonial do Grupo Municipal no final do ano de 2020, de acordo com o Perímetro de Consolidação considerado, refletindo os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal.

O Ativo Líquido Consolidado ascendeu a 765.060.164,76 €, o que representa um decréscimo de 3,37%, relativamente ao período homólogo do ano anterior.

O Passivo Consolidado ascendeu 118.196.954,44 €, tendo registado um decréscimo de 47,99%. Os Capitais Próprios Consolidados (com interesses minoritários), ascenderam a 646.863.210,32 €, o que se traduziu num acréscimo de 4,87%. Os Interesses Minoritários apurados foram de 211.327,89 €.

Município de Coimbra

Influência das contas individuais do Município nas contas consolidadas (Balanço)

Moeda: €

Entidade	Balanços Individuais			Peso das Contas Individuais nas Contas Consolidadas		
	Total do Ativo (1)	Total do Passivo (2)	Total dos Capitais Próprios (3)	Ativo (1/4)*100	Passivo (2/4)*100	Capitais Próprios (3/4)*100
Município de Coimbra	696 598 780,22	92 726 462,86	603 872 317,36	91,05%	78,45%	93,35%
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	14 322 480,16	5 223 256,82	9 099 223,34	1,87%	4,42%	1,41%
AC, Águas de Coimbra, E.M.	93 122 619,12	30 353 604,96	62 769 014,16	12,17%	25,68%	9,70%
Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.	937 953,39	819 442,37	118 511,02	0,12%	0,69%	0,02%
Total dos Balanços Individuais	804 981 832,89	129 122 767,01	675 859 065,88			
Total do Balanço Consolidado do Grupo Municipal com Interesses que não controlam (4)	765 060 164,76	118 196 954,44	646 863 210,32			
Interesses que não controlam			211 327,89			

Em termos agregados observa-se que o Município, em conjunto com as entidades detidas a 100%, mantém uma posição predominante nas contas do Grupo Municipal Consolidado. O facto de os valores apresentados na linha do Total do Balanço Consolidado com interesses minoritários ser inferior ao total dos Balanços individuais das entidades detidas a 100%, resulta da eliminação de operações internas entre empresas do grupo.

Na composição dos Fundos Próprios do Grupo Consolidado destaque para o valor do Património/Capital, que ascende a 373.020.927,75 €, para os Resultados Transitados no valor de 86.978.602,00 € sendo o valor remanescente, num total de 185.689.436,86 € relativo a Reservas, Ajustamentos de Capital e Diferenças de Consolidação. O Resultado Líquido do Exercício foi de 1.174.243,71 €.

Os Interesses Minoritários apurados, que resultam do facto do Município não deter a totalidade do capital próprio no IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A e na Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia, ascenderam a 211.327,89 €.

Município de Coimbra

Influência das contas individuais do Município nas contas consolidadas (Demonstração de Resultados)

Moeda: €

Entidade	Demonstrações de Resultados Individuais			Peso das Contas Individuais nas Contas Consolidadas		
	Total dos Rendimentos (1)	Total dos Gastos (2)	Total do Resultado Líquido do Período (3)	Rendimentos (1/4)*100	Gastos (2/4)*100	Resultado Líquido do Período (3/4)*100
Município de Coimbra	85 955 937,70	-84 365 394,33	1 590 543,37	73,21%	72,59%	135,45%
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	15 943 885,65	-16 243 833,33	-299 947,68	13,58%	13,98%	-25,54%
AC, Águas de Coimbra, E.M.	26 131 674,06	-25 958 547,06	173 127,00	22,26%	22,33%	14,74%
Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.	589 616,16	-742 958,92	-153 342,76	0,50%	0,64%	-13,06%
Total das Demonstrações de Resultados Individuais	128 621 113,57	-127 310 733,64	1 310 379,93			
Total da Demonstração de Resultados Consolidada do Grupo Municipal com Interesses que não controlam (4)	117 410 195,27	-116 223 648,08	1 174 243,71			
Interesses que não controlam		-12 303,48				

No exercício de 2020, o Grupo Municipal apurou um volume de Rendimentos Totais de 117.410.195,27 € e de Gastos Totais no valor de 116.223.648,08 €, o que representa um decréscimo de 4,46% nos Rendimentos e um acréscimo de 1,87% nos Gastos, relativamente ao período homólogo. Os valores apurados resultam, maioritariamente, da atividade do Município e das AC, Águas de Coimbra, E.M.

Na estrutura de rendimentos o maior peso é assumido pela rubrica impostos contribuições e taxas, resultante da atividade da entidade mãe, pese embora a redução de 1,5 milhões de euros na rubrica de taxas que se deve essencialmente à diminuição do valor correspondente às taxas de ocupação da via pública e que decorre em grande parte das isenções concedidas no âmbito do Plano de Contingência Coronavírus (Covid-19).

Na estrutura de gastos, à semelhança de anos anteriores, continuam a ser os gastos com pessoal, com fornecimentos e serviços externos, os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e os gastos com transferências e subsídios concedidos, os que maior peso assumem. Apesar da quebra generalizada da atividade das entidades apoiadas pelo Município devido à

Município de Coimbra

situação de pandemia, a política social do executivo foi no sentido de manter os apoios às diversas entidades como forma de compensação dessa queda, medidas também repercutidas na política de atuação das Águas de Coimbra e dos SMTUC.

O Resultado Líquido, acrescido dos interesses minoritários, registou um decréscimo significativo, na ordem dos 86,5%, sendo que os Resultados Líquidos, gerados no ano pelo Grupo, são negativamente influenciados pelos resultados dos SMTUC e da empresa Prodeso, que apresentaram Resultados Líquidos negativos.

Análise da distribuição dos Custos Consolidados por Funções

Unid. euro

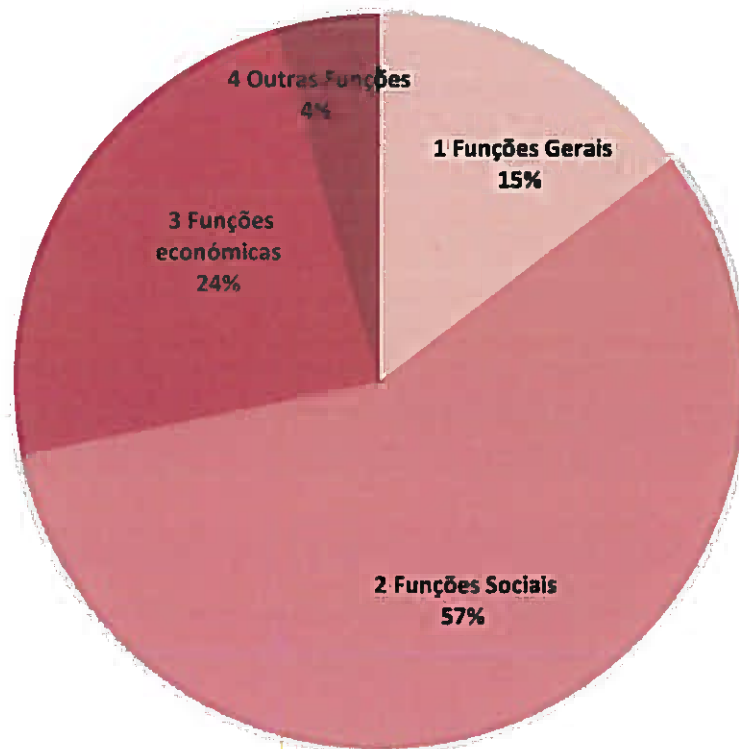
Função	Município de Coimbra	SMTUC	Águas de Coimbra	Prodeso	iParque (82,65%)	Eliminações	Total	%
1 Funções Gerais	16 418 355,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 418 355,19	14,7%
111- Administração geral	13 842 695,40						13 842 695,40	
120- Segurança e ordem públicas	0,00						0,00	
121- Protecção civil e luta contra incêndios	1 846 873,63						1 846 873,63	
122- Polícia municipal	928 786,16						928 786,16	
2 Funções Sociais	37 315 024,68	0,00	25 914 852,59	742 933,59	0,00	0,00	63 972 810,86	57,1%
211- Ensino não superior	1 093 803,05			742 933,59			1 836 736,64	
212- Serviços auxiliares de ensino	8 535 481,41						8 535 481,41	
221- Serviços individuais de saúde	491 507,12						491 507,12	
232- Acção social	1 132 299,27						1 132 299,27	
241- Habitação	1 988 180,01						1 988 180,01	
242- Ordenamento do território	2 619 620,19						2 619 620,19	
243- Saneamento	0,00		13 496 247,68				13 496 247,68	
244- Abastecimento de água	0,00		12 418 604,91				12 418 604,91	
245- Resíduos sólidos	5 734 236,07						5 734 236,07	
246- Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	2 741 911,33						2 741 911,33	
251- Cultura	7 905 670,23						7 905 670,23	
252- Desporto, recreio e lazer	7 056 834,73						7 056 834,73	
253- Outras atividades cívicas e religiosas	15 481,27						15 481,27	
3 Funções económicas	9 685 563,23	16 243 833,33	0,00	0,00	513 700,91	0,00	26 443 097,47	23,6%
320- Indústria e energia	2 801 808,39				513 700,91		3 415 509,30	
331- Transportes rodoviários	5 169 864,67	16 243 833,33					21 413 698,00	
332- Transportes aéreos	165 831,65						165 831,65	
340- Comércio e turismo	375,24						375,24	
341- Mercados e feiras	599 157,69						599 157,69	
342- Turismo	848 525,39						848 525,39	
4 Outras Funções	14 340 739,18	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 221 372,59	5 119 366,59	4,6%
420- Transferências entre administrações	13 668 233,91					-9 221 372,59	4 446 861,32	
430- Diversas não especificadas	672 505,27						672 505,27	
Total	77 759 682,28	16 243 833,33	25 914 852,59	742 933,59	513 700,91	-9 221 372,59	111 853 830,11	100%

A coluna das eliminações reflete o valor transferido pelo Município para os SMTUC, a título de cobertura do custo social do transporte público, que incluem também as transferências do DL 14-C/2020 de 07/04 e do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária.

Da análise do quadro conclui-se que as Funções Sociais, onde se inclui a atividade de Abastecimento de Água e Saneamento, representam 57,1% do total dos custos do Município em conjunto com as entidades detidas a 100% e o iParque, seguindo-se as Funções Económicas com 23,6%, com peso preponderante dos Transportes Rodoviários e as Funções Gerais com 14,7%.

Os gráficos seguintes apresentam a distribuição dos custos por funções. A análise é feita de forma comparativa entre as várias funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das Funções tem na distribuição dos custos do Município em conjunto com as entidades detidas a 100% e o iParque.

A análise gráfica ilustra como são aplicados os rendimentos, gerados no grupo municipal acima identificado.



Impacto da pandemia no Grupo Autárquico

O Município de Coimbra tem vindo a adotar medidas de emergência e irá prosseguir com novas medidas tendentes a uma rápida estabilização económica e social, via, principalmente, pelo investimento público municipal, e apoios diversos à economia social.

No contexto atual, ainda de elevada incerteza, as medidas de apoio, extensíveis ao Grupo Municipal, serão sucessivamente reajustadas para um regresso prudente e seguro à normalidade económica e social.

Cabem neste conjunto de medidas o lançamento de diversos investimentos municipais, entre outras, com destaque para a área económica, social, de educação e cultural, de modo mais célere

possível e com aproveitamento máximo dos fundos europeus, amortizando os efeitos da crise pandémica.

Assim, para a concretização da globalidade das medidas municipais de estabilização económica e social e prevendo-se que os impactos económicos e sociais decorrentes da pandemia se deverão prolongar, o Grupo Municipal continuará a adotar medidas de proteção económicas e sociais diversificadas e abrangentes.

Município de Coimbra

Demonstração consolidada do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2020

Rubrica	RECEBIMENTOS	CONSOLIDADO	Rubrica	PAGAMENTOS	CONSOLIDADO
	Saldo da gerência anterior	57 834 052,79 €			
R101	Operações Orçamentais [1]	53 849 240,59 €			
R102	Devolução do saldo oper. Orçamentais	- €			
R103	Operações de tesouraria [A]	3 984 812,20 €			
R104	Recebim saldo devolv por terceiras entid	- €			
	Recelta corrente	112 738 577,71 €		Despesa corrente	94 119 749,83 €
R1	Receita Fiscal	44 430 074,60 €	D1	Despesas com o pessoal	46 608 761,08 €
R1.1	Impostos diretos	45 448 944,50 €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	35 193 883,59 €
R1.2	Impostos indiretos	1 018 869,90 €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	2 795 830,71 €
R2	Contrib p/ sistemas proteção social e subsist	- €	D1.3	Segurança Social	8 619 046,78 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	7 501 771,31 €	D2	Aquisição de bens e serviços	38 406 275,35 €
R4	Rendimentos de propriedade	3 871 150,72 €	D3	Juros e outros encargos	418 600,82 €
R5	Transferências e subsídios correntes	23 190 607,45 €	D4	Transferências e subsídios correntes	6 240 379,64 €
R5.1	Transferências correntes	23 190 607,45 €	D4.1	Transferências correntes	6 240 379,64 €
R5.1.1	Administrações Públicas	23 190 607,45 €	D4.1.1	Administrações Públicas	3 322 728,67 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	21 513 517,80 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	515 188,45 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	112 225,55 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	D4.1.1.3	Segurança Social	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	D4.1.1.4	Administração Regional	- €
R5.1.1.5	Administração Local	1 564 864,10 €	D4.1.1.5	Administração Local	2 807 540,22 €
R5.1.2	Exterior - U E	- €	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	2 784 412,22 €
R5.1.3	Outras	- €	D4.1.3	Famílias	129 463,65 €
R5.2	Subsídios correntes	- €	D4.1.4	Outras	3 775,10 €
R6	Venda de bens e serviços	26 362 221,37 €	D4.2	Subsídios correntes	- €
R7	Outras receitas correntes	7 382 752,26 €	D5	Outras despesas correntes	2 445 732,94 €
	Recelta de capital	5 584 422,83 €		Despesa de capital	30 334 993,70 €
R8	Venda de bens de investimento	423 559,50 €	D6	Aquisição de bens de capital	27 747 881,91 €
R9	Transferências e subsídios de capital	5 167 210,36 €	D7	Transferência e subsídios de capital	2 178 942,33 €
R9.1	Transferências de capital	5 167 210,36 €	D7.1	Transferências de capital	2 178 942,33 €
R9.1.1	Administrações Públicas	5 167 210,36 €	D7.1.1	Administrações Públicas	838 933,64 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	5 167 210,36 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	150 000,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	D7.1.1.3	Segurança Social	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	D7.1.1.4	Administração Regional	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	D7.1.1.5	Administração Local	688 933,64 €
R9.1.2	Exterior - U E	- €	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1 340 008,69 €
R9.1.3	Outras	- €	D7.1.3	Famílias	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	D7.1.4	Outras	- €
R10	Outras receitas de capital	6 347,03 €	D7.2	Subsídios de capital	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	94 042,61 €	D8	Outras despesas de capital	408 169,46 €
	Receta efetiva [2]	118 417 043,15 €		Despesa efetiva [5]	124 454 743,53 €
	Receta não efetiva [3]	1 099 354,99 €		Despesa não efetiva [6]	4 334 251,69 €
R12	Receta com ativos financeiros	16 354,99 €	D9	Despesa com ativos financeiros	- €
R13	Receta com passivos financeiros	1 083 000,00 €	D10	Despesa com passivos financeiros	4 334 251,69 €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	173 365 638,73 €		Soma [7]=[5]+[6]	128 788 995,22 €
	Operações de tesouraria [B]	1 302 733,98 €		Operações de tesouraria [C]	1 043 500,41 €
				Saldo para a gerência seguinte	48 820 689,28 €
				Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	44 576 643,51 €
				Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	4 244 045,77 €
				Saldo global [2] - [5]	- 6 037 700,38 €
				Despesa primária	124 036 142,71 €
				Saldo corrente	18 618 827,88 €
				Saldo de capital	- 24 750 570,87 €
				Saldo primário	- 5 619 099,56 €
				Receta total [1] + [2] + [3]	173 365 638,73 €
				Despesa total [5] + [6]	128 788 995,22 €

Câmara Municipal de Coimbra

O ORÇÃO DELIBERATIVO
Em 29 de Julho de 2021
Manuel Machado
Presidente

O ORÇÃO DELIBERATIVO
Em 29 de Julho de 2021
Inês Henriques

Município de Coimbra

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza em 31 de Dezembro de 2020

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	CONSOLIDADO	Rubrica	OBRIGAÇÕES	CONSOLIDADO
	Receita corrente	4 848 665,35 €		Despesa corrente	1 359 794,09 €
R1	Receita Fiscal	- €	D1	Despesas com o pessoal	458 892,77 €
R1.1	Impostos diretos	- €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	413 588,65 €
R1.2	Impostos indiretos	- €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	44 154,24 €
R2	Contrib p/ sistemas proteção social e subsist	- €	D1.3	Segurança Social	1 149,88 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 504 363,17 €	D2	Aquisição de bens e serviços	731 953,07 €
R4	Rendimentos de propriedade	419 236,43 €	D3	Juros e outros encargos	21 127,08 €
R5	Transferências e subsídios correntes	9 897,07 €	D4	Transferências e subsídios correntes	95 274,12 €
R5.1	Transferências correntes	9 897,07 €	D4.1	Transferências correntes	95 274,12 €
R5.1.1	Administrações Públicas	9 897,07 €	D4.1.1	Administrações Públicas	3 682,75 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	9 897,07 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	D4.1.1.3	Segurança Social	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	D4.1.1.4	Administração Regional	- €
R5.1.1.5	Administração Local	- €	D4.1.1.5	Administração Local	3 682,75 €
R5.1.2	Exterior - U E	- €	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	89 358,71 €
R5.1.3	Outras	- €	D4.1.3	Famílias	2 232,66 €
R5.2	Subsídios correntes	- €	D4.1.4	Outras	- €
R6	Venda de bens e serviços	1 488 066,21 €	D4.2	Subsídios correntes	- €
R7	Outras receitas correntes	427 102,47 €	D5	Outras despesas correntes	52 547,05 €
	Receita de capital	846 097,23 €		Despesa de capital	52 996,36 €
R8	Venda de bens de investimento	- €	D6	Aquisição de bens de capital	38 996,36 €
R9	Transferências e subsídios de capital	417 931,46 €	D7	Transferência e subsídios de capital	14 000,00 €
R9.1	Transferências de capital	417 931,46 €	D7.1	Transferências de capital	14 000,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	417 931,46 €	D7.1.1	Administrações Públicas	- €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	417 931,46 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	D7.1.1.3	Segurança Social	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	D7.1.1.4	Administração Regional	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	D7.1.1.5	Administração Local	- €
R9.1.2	Exterior - U E	- €	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	14 000,00 €
R9.1.3	Outras	- €	D7.1.3	Famílias	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	D7.1.4	Outras	- €
R10	Outras receitas de capital	428 165,77 €	D7.2	Subsídios de capital	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	D8	Outras despesas de capital	- €
	Receita efetiva [2]	5 694 762,58 €		Despesa efetiva [5]	1 412 790,45 €
	Receita não efetiva (3)	- €		Despesa não efetiva (6)	19 256,18 €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	D9	Despesa com ativos financeiros	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	D10	Despesa com passivos financeiros	19 256,18 €
	Recelta total [4]=[1]+[2]+[3]	5 694 762,58 €		Despesa Total [7]=[5]+[6]	1 432 046,63 €

Câmara Municipal de Coimbra

O ORGÃO EXECUTIVO
Em 12 de ... de 2021

(Manuel Machado)
Presidente

O ORGÃO DELIBERATIVO
Em 29 de ... de 2021

Município de Coimbra

Balço Consolidado em 31 de dezembro de 2020

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	POCAL
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	650 479 259,04 €	678 023 811,87 €
Propriedades de investimento	8	4 057 472,69 €	0,00 €
Ativos intangíveis	3	10 342 518,79 €	10 180 378,56 €
Ativos biológicos		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras		11 124 701,35 €	11 156 501,35 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		604 428,75 €	681 354,68 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativos por impostos diferidos		20 048,98 €	86 425,14 €
Cientes, contribuintes e utentes		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber		0,00 €	4 074 825,24 €
		676 628 429,60 €	704 203 296,84 €
Ativo corrente			
Inventários	10	1 591 657,32 €	1 151 980,67 €
Ativos biológicos		0,00 €	0,00 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		2 028 659,99 €	18 569 205,04 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		17 982,56 €	22 647,48 €
Cientes, contribuintes e utentes	23.2	3 379 850,48 €	2 997 439,28 €
Estado e outros entes públicos	23.1	1 873 757,76 €	1 228 591,73 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	23.3	28 564 589,57 €	5 326 258,10 €
Diferimentos		2 094 516,15 €	357 286,16 €
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativos não correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos	1.3	48 880 721,33 €	57 872 519,60 €
		88 431 735,16 €	87 525 928,06 €
Total do Ativo		765 060 164,76 €	791 729 224,90 €

Município de Coimbra

Balço Consolidado em 31 de dezembro de 2020

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	POCAL
		31/12/2020	31/12/2019
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		373 020 927,75 €	372 852 946,92 €
Ações (quotas) próprias		0,00 €	0,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		0,00 €	0,00 €
Prémios de emissão		0,00 €	0,00 €
Reservas legais		17 635 568,65 €	17 535 892,50 €
Outras reservas		7 010 229,93 €	6 227 357,56 €
Resultados transitados		86 978 602,00 €	50 556 812,93 €
Ajustamentos em ativos financeiros		4 829,76 €	4 829,76 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações no Património Líquido		160 827 480,63 €	160 729 154,54 €
Resultado líquido do período		1 174 243,71 €	8 693 802,91 €
Dividendos antecipados		0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam		211 327,89 €	207 307,91 €
Total do Património Líquido		646 863 210,32 €	616 808 105,03 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 903 852,10 €	35 171 448,98 €
Financiamentos obtidos	7	28 630 795,84 €	31 886 021,13 €
Fornecedores de investimentos		0,00 €	0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		39 510 897,77 €	0,00 €
Passivos por impostos diferidos		810 944,30 €	864 571,76 €
Fornecedores		0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar		4 189 594,61 €	1 475 306,01 €
		75 046 084,62 €	69 397 347,88 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		106 871,46 €	570 282,08 €
Fornecedores	23.4	4 588 014,57 €	4 093 877,55 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	23.1	1 213 588,20 €	1 490 701,93 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	7	4 406 632,54 €	4 377 305,08 €
Fornecedores de investimentos	23.4	492 066,91 €	3 644 313,85 €
Outras contas a pagar	23.5	28 814 371,21 €	24 872 669,59 €
Diferimentos		3 529 324,93 €	66 474 621,91 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		43 150 869,82 €	105 523 771,99 €
Total do Passivo		118 196 954,44 €	174 921 119,87 €
Total do Património Líquido e Passivo		765 060 164,76 €	791 729 224,90 €

Câmara Municipal de Coimbra

Total do Passivo

Total do Património Líquido e Passivo

O ORGÃO EXECUTIVO
Em 12 de Julho de 2021
Margarida da Costa
Presidente

O ORGÃO DELIBERATIVO
Em 29 de Julho de 2021
Margarida da Costa

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

Município de Coimbra

Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do período findo em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Valores em €	
		SNC-AP 31/12/2020	POCAL 31/12/2019
Impostos, contribuições e taxas		50 712 886,38 €	48 618 519,44 €
Vendas		8 939 401,44 €	9 744 381,68 €
Prestações de serviços e concessões		22 520 941,46 €	26 171 895,50 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		9 552,65 €	75 968,47 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		23 489 768,53 €	21 625 115,16 €
Variações nos inventários da produção		0,00 €	-627 456,44 €
Trabalhos para a própria entidade		77 241,55 €	367 396,77 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-10 294 711,55 €	-10 800 151,88 €
Fornecimentos e serviços externos	23.6	-32 184 574,03 €	-33 024 671,16 €
Gastos com pessoal	23.7	-46 910 529,83 €	-45 971 359,01 €
Transferências e subsídios concedidos	23.8	-8 459 342,96 €	-7 304 194,67 €
Prestações sociais		0,00 €	0,00 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-89 837,59 €	-20 737,10 €
Provisões (aumentos/reduções)		1 277 611,98 €	1 403 184,32 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		10 149 806,59 €	13 153 391,73 €
Outros gastos		-1 406 114,31 €	-2 200 394,56 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		17 832 100,31 €	21 210 888,25 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-16 678 872,30 €	-13 533 915,90 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis		-40 000,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 113 228,01 €	7 676 972,35 €
Juros e rendimentos similares obtidos		232 984,69 €	1 990 887,66 €
Juros e gastos similares suportados		-115 101,33 €	-524 817,67 €
Resultados antes de impostos		1 231 111,37 €	9 143 042,34 €
Imposto sobre o rendimento		-44 564,18 €	-336 772,68 €
Resultado líquido do período		1 186 547,19 €	8 806 269,66 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		-12 303,48 €	-112 466,75 €
		1 174 243,71 €	8 693 802,91 €

Câmara Municipal de Coimbra

O ORGÃO EXECUTIVO
Em 12 de Julho de 2021
(Manuel Machado)
Presidente

O ORGÃO DELIBERATIVO
Em 29 de Julho de 2021
José Viana
Presidente

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Manuel Machado' and 'José Viana'.

Handwritten signature in blue ink, likely 'José Viana'.

Município de Coimbra

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		22 518 318,01 €	28 182 548,84 €
Recebimentos de contribuintes		51 671 830,78 €	56 179 446,71 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		23 190 607,45 €	19 331 918,10 €
Recebimentos de utentes		3 937 860,50 €	6 868 579,54 €
Pagamentos a fornecedores		- 38 951 707,06 €	- 41 410 976,39 €
Pagamentos ao pessoal		- 37 301 060,22 €	- 36 944 059,66 €
Pagamentos a contribuintes / Utentes		- €	- €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 8 419 321,97 €	- 3 835 319,26 €
Pagamentos de prestações sociais		- 5 223 184,81 €	- 5 053 306,51 €
Caixa gerada pelas operações		11 423 342,68 €	23 318 831,37 €
Recebimento/pagamento do imposto sobre o rendimento		- 423 619,25 €	371 131,88 €
Outros recebimentos/pagamentos		2 012 396,06 €	- 3 718 792,50 €
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)		13 012 119,49 €	19 971 170,75 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 27 341 883,61 €	- 16 193 411,52 €
Ativos Intangíveis		- 247 804,60 €	- 237 265,41 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- 330 603,50 €
Outros ativos		- 408 169,46 €	- 3 428 194,13 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		423 559,50 €	57 918,13 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Propriedades de investimento		3 720 089,56 €	3 966 945,12 €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros ativos		16 354,99 €	29 161,05 €
Subsídios ao investimento		275 375,01 €	2 123 370,53 €
Transferências de capital		4 891 835,35 €	2 175 765,22 €
Juros e rendimentos similares		0,44 €	49 314,34 €
Dividendos		9 552,65 €	75 968,47 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento (b)		- 18 661 090,17 €	- 11 711 031,70 €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 083 000,00 €	68 500,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Cobertura de prejuízos		- 6 347,03 €	103 057,61 €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 4 308 897,83 €	- 4 361 308,16 €
Juros e gastos similares		- 110 582,73 €	- 131 109,73 €
Dividendos		- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- 2 518 413,30 €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento (c)		- 3 342 827,59 €	- 6 839 273,58 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
		- 8 991 798,27 €	1 420 865,47 €
Efeito das diferenças de câmbio			
		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		57 872 519,60 €	56 451 654,13 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		48 880 721,33 €	57 872 519,60 €

CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE

Caixa e seus equivalentes no início do período		57 872 519,60	56 451 654,13
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= saldo da gerência anterior		57 872 519,60	56 451 654,13
De execução orçamental		53 887 707,40	52 657 199,60
De operações de tesouraria		3 984 812,20	3 794 454,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período		48 880 721,33	57 872 519,60
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
=saldo para a gerência seguinte		48 880 721,33	57 872 519,60
De execução orçamental	1.3	44 636 675,56	53 887 707,40
De operações de tesouraria		4 244 045,77	3 984 812,20

Em 12 de Dezembro de 2020

(Manuel Machado)
Presidente

O ORGÃO DELIBERATIVO

Em 29 de Dezembro de 2020

António Machado

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Descrição	Notas	Consolidado												
		Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transf. de	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período (1)	(1)	372 851 246,92	0,00	0,00	0,00	23 763 250,06	55 791 622,67	4 829,76	0,00	104 822 519,54	5 649 277,76	563 082 746,71	0,00	563 082 746,71
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 595 177,19	0,00	0,00	56 860 157,98	0,00	84 455 335,17	0,00	84 455 335,17
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 913 263,07	0,00	-1 913 263,07	0,00	-1 913 263,07
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		167 980,83	0,00	0,00	0,00	882 548,52	2 328 370,52	0,00	0,00	1 058 066,18	-6 013 537,17	-1 576 571,12	0,00	-1 576 571,12
Total	(2)	167 980,83	0,00	0,00	0,00	882 548,52	29 923 547,71	0,00	0,00	56 004 961,09	-6 013 537,17	80 965 500,98	0,00	80 965 500,98
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 338 503,12	1 338 503,12	0,00	1 338 503,12
Resultado Integral (4)=(2)+(3)	(4)	167 980,83	0,00	0,00	0,00	882 548,52	29 923 547,71	0,00	0,00	56 004 961,09	-4 675 034,05	82 304 004,10	0,00	82 304 004,10
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/patrimônio		1 700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 700,00	0,00	1 700,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-112 644,38	0,00	0,00	0,00	0,00	-112 644,38	0,00	-112 644,38
Subscrição de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 376 076,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 376 076,00	0,00	1 376 076,00
Total	(5)	1 700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 263 431,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1 265 131,62	0,00	1 265 131,62
posição fim período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	(6)	373 020 927,75	0,00	0,00	0,00	24 645 798,58	86 978 602,00	4 829,76	0,00	160 827 480,63	1 174 243,71	646 651 882,43	211 327,89	646 863 210,32

**Anexo às Demonstrações Financeiras
Consolidadas**

Nota A - Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação transitória

No exercício de 2020 é o primeiro ano de relato em que as Demonstrações Financeiras Consolidadas são preparadas de acordo com o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Em conformidade com as orientações do manual de implementação do SNC-AP elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação comparativa que é apresentada relativamente ao ano de 2019 baseia-se no normativo contabilístico anterior, o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL), e resultou da mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras consolidadas definidas em SNC-AP. Por este motivo, não está assegurada a comparabilidade das demonstrações financeiras de 2019 e 2020, sendo esta retomada com as demonstrações financeiras de 2021.

1 - Reconciliação para o Balanço de abertura SNC-AP

Conforme disposto no nº 2 do artigo 14º - Disposições transitórias do SNC-AP, as entidades públicas que adotam o SNC-AP pela primeira vez¹, devem efetuar um conjunto de ajustamentos ao último Balanço, preparado de acordo com o anterior normativo.

“a) Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;

b) Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;

c) Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, ou planos setoriais, numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria;

d) Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.”

Os números 3 e 4 do mesmo artigo, estabelecem ainda que,

“3 — Os ajustamentos resultantes da mudança das políticas contabilísticas que se verificarem devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os itens são reconhecidos e mensurados.

4 — As entidades públicas devem reconhecer ainda os correspondentes ajustamentos no período comparativo anterior.”

¹ Município de Coimbra, SMTUC e Coimbra I Parque, ao nível das contas individuais.

Em cumprimento do disposto neste artigo, foram efetuados diversos ajustamentos ao Balanço Inicial das entidades que, nas suas contas individuais, aplicaram o SNC-AP pela primeira vez, com reflexo nas contas consolidadas, e que se encontram demonstradas no Mapa “Reconciliação para Balanço de Abertura do SNC-AP”.

2 - Notas explicativas às demonstrações financeiras com adoção pela primeira vez do SNC-AP

A NCP 1 inclui um modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras, com um conjunto de divulgações a efetuar, que passamos a descrever.

(a) Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

No ano 2020 foram efetuados os seguintes aos saldos iniciais das contas das entidades que aplicaram pela primeira vez o SNC-AP, com reflexo nas contas consolidadas:

➤ Desreconhecimentos:

Foram efetuados desreconhecimento de bens do ativo fixo tangível que não satisfizerem a definição de ativo fixo tangível ao abrigo do SNC-AP, tendo o seu valor sido transferido para a conta “564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP”;

➤ Reclassificações:

Foram reclassificados bens do ativo fixo tangível, de acordo com o CC2 - Classificador Complementar 2 e bens do ativo fixo tangível para propriedades de investimento, em cumprimento da NCP 8;

As transferências de capital para investimentos depreciables, consideradas no POCAL como proveitos diferidos, no passivo, foram reclassificadas para a conta 593 - Outras variações do património líquido.

➤ Imparidades/reversões:

Foram contabilizadas reversões de provisões de participações financeiras e de processos judiciais em curso;

Foi reforçada a imparidade para dívidas de clientes, contribuinte, e utentes e outros devedores.

➤ Retificação/Erros:

Foram efetuados os ajustamentos da vida útil dos edifícios e outras construções, decorrentes da aplicação do CC2 - Classificador Complementar 2 e as correspondentes

regularizações nas contas de depreciações acumuladas e rendimentos a reconhecer (subsídios ao investimento), se aplicável.

➤ Outros:

Procedeu-se à regularização do saldo inicial de inventários;

Ajustou-se o saldo inicial da estimativa do IMI - Imposto Municipal sobre imóveis de 2019, a receber em 2020, de acordo com a NCP 14 e as Notas de enquadramento do PCM (contas 70);

Procedeu-se à regularização dos saldos a receber e respetivos diferimentos, dos contratos de cedência de direito de superfície, por se enquadrarem na NCP 6.

(b) Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores;

Mapa em anexo: "Reconciliação para Balanço de Abertura do SNC-AP".

(c) Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período;

As demonstrações financeiras apresentadas permitem uma análise comparativa do período anterior com o período de relato, para todas as quantias relatadas.

A informação comparativa foi incluída na informação narrativa e descritiva e consta nas notas às demonstrações financeiras do período corrente, quando é relevante para a sua compreensão.

(d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP (divulgações que, de acordo com o ponto 9, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCP);

Não aplicável.

(e) Distinção, nas reconciliações das alíneas (b) e (c), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores (se aplicável);

Não se verificaram quaisquer ajustamentos relacionados com correções de erros cometidos em períodos anteriores.

(f) Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são (não são) as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras apresentadas pelo Município de Coimbra, de acordo com o SNC-AP.

Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação

1.1 — Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% Controlo		Obs.
					Direto	Indireto	
Município de Coimbra	Praça R de Máis, 3003-301 Coimbra	Serviços aos munícipes					a)
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	Guarda Inglesa, 3041-951 Coimbra	Prestar serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminentemente social, modernos, de confiança, seguros, responsáveis ambientalmente e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável da Concelha, garantindo uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo acções que privilegiem a opção do uso do transporte colectivo.	N/A	N/A	100,00%		b)
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	Rua da Alegria 101, 3000-018 Coimbra	Assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.	40 000 000,00	39 140 176,00	100,00%		b)
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	Rua Casa Branca 41, 3030-185 Coimbra	Promover e gerir equipamentos colectivos, prestar serviços na área da educação, qualificação e formação profissional, incluindo a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação, tendo em vista o desenvolvimento social.	50 000,00	48 300,00	100,00%		b)
COIMBRA I/PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	3040 Antanhol - Coimbra	Ecossistema empresarial de desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.	2 616 380,00	2 423 979,00	92,65%		b)
RUAS - Associação Univer(S)idade	Reitoria da Universidade de Coimbra, Paço das Escolas, 3004-531 Coimbra	Salvaguardar, promover e gerir as áreas candidatas e de protecção, definidas pela candidatura da Universidade de Coimbra a integrar a Lista de Bens de Património da Humanidade da UNESCO; Salvaguardar, promover e gerir o território afeto ao Bem designado por Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, nos termos da classificação de Património Mundial atribuída pela UNESCO; Promover, apoiar e dinamizar iniciativas no âmbito da actividade científica, cultural e social, tendo em vista a preservação e a beneficiação do património afeto; Disponibilizar aos associados e demais interessados informação atualizada sobre linhas de financiamento para projetos; Representar o Bem classificado nas instituições nacionais e internacionais.	150 000,00	75 000,00	50,00%		b)

Notas:

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 46º da Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município de Coimbra

1.2 — Métodos de consolidação aplicados

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas, pela primeira vez em 2020, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC -AP), aprovado pelo Decreto-Lei 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.

A Consolidação de Contas é um processo que se desenvolve extra-contabilisticamente e que consiste em agregar as contas da entidade mãe (o Município) com as suas participadas, de modo que as contas representem a situação financeira e os resultados das operações do grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, pretendendo apresentar apenas os resultados das operações que as entidades do grupo tiverem com terceiros.

Entidade	Natureza da Entidade	Enquadramento no artigo nº 75º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 66/2020, de 04 de novembro	% do Capital Detido	Método de consolidação
Município de Coimbra		Conforme disposto no nº2	Entidade-mãe	
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	Serviço Municipalizado	Conforme disposto no nº4	100,00%	Simplex Agregação
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	100,00%	Integral
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	100,00%	Integral
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	92,65%	Integral
RUAS - Associação Univer(SC)idade	Associação de Direito Privado	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	50,00%	Integral

As contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra foram consolidadas pelo método da simples agregação que se traduz na soma, linha por linha, dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades do grupo, após eliminação das operações de transferência e subsídio realizadas entre entidades. A entidade-mãe exerce controlo sobre aquela entidade, nos termos definidos na lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

As entidades A.C. Águas de Coimbra, E.M., PRODESO – Ensino Profissional, Lda., Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A. e RUAS – Associação Univer(SC)idade foram consolidadas pelo método (de consolidação) integral que consiste na integração do balanço e da demonstração de resultados das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, designados por “interesses que não controlam”.

Nos termos da NCP26 – Contabilidade e relato orçamental define como perímetro de consolidação as administrações públicas ou seja, entidades que compõem os subsectores da

Administração Central, Segurança Social, Administração Local e Regiões Autónomas. Neste pressuposto, a entidade RUAS não integra o perímetro das demonstrações orçamentais consolidadas.

1.3 — Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e seus equivalentes são considerados os valores em numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes, no dia 31 de dezembro de 2020, têm a seguinte composição:

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	27 133,89	30 661,17
Depósitos à ordem	31 908 628,66	34 151 520,67
Depósitos a prazo	13 305 256,61	20 803 002,89
Outros Depósitos	0,00	239,21
Depósitos consignados	2 463 609,79	2 014 984,28
Depósitos de garantias e cauções	1 176 092,38	872 111,38
Total	48 880 721,33	57 872 519,60

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo por base os pressupostos das entidades em continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras estão mensurados em Euros. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

Propriedades de Investimento, Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis

Os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição.

No que se refere aos bens cujo valor de aquisição ou de produção se desconhecia, considerou-se como valor de aquisição o valor resultante de avaliação e, em alguns casos, o valor atribuído pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

O valor da avaliação foi considerado, também, para os bens obtidos a título gratuito.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo de aquisição (deduzidas das perdas por imparidade, caso se aplique).

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, e foram calculadas pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos. As respetivas taxas anuais são as definidas no Classificador Complementar 2.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente e o método de custeio das saídas de armazém é o do custo médio.

Nos casos em que o valor realizável líquido desses bens é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhes estejam associadas. São registadas imparidades em dívidas a receber quando existam indicadores objetivos de que o município não irá receber os montantes que lhe são devidos.

Caixa e depósitos

A caixa e depósitos englobam o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, altamente líquidos, ou seja, imediatamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

De acordo as disposições da norma de contabilidade pública n.º 15 (NCP 15) do SNC-AP, as provisões devem ser reconhecidas quando, cumulativamente:

- (a) Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;*
- (b) É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;*
- (c) Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.*

Para a situação referida em (b), a NCP 5 esclarece que um exfluxo de recursos ou outro acontecimento é tido como provável se a probabilidade do acontecimento ocorrer for maior do que a probabilidade de não ocorrer.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Outras contas a pagar

As contas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações ocorrem. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são registados por valores estimados.

Transações sem contraprestação

Conforme decorre da NCP 14, que preconiza o tratamento dos rendimentos sem contraprestação, *“o rendimento de transações sem contraprestação, deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.*

Uma entidade deverá reconhecer um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento”.

Nas transferências para financiamento da aquisição ou construção de bens de investimento, o cumprimento material das condições pode ocorrer quando estes se encontrem finalizados e disponíveis para utilização nos fins previstos, de acordo com os requisitos definidos no instrumento de financiamento.

Nestas circunstâncias, este será o momento em que deverá ser reconhecido o rendimento (como incremento de património líquido), saldando o passivo associado à condição (conta de rendimentos a reconhecer), conforme previsto no PCM e nas notas explicativas da Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Transações com contraprestação

O tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações com contraprestação está descrito na NCP 13 - Rendimentos de transações com contraprestação. Deve ser reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros, ou potencial de serviço e esses benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Esta norma é aplicada na contabilização do rendimento proveniente das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

- (a) Prestação de serviços;
- (b) Venda de bens;
- (c) Uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares.

O rendimento deve ser mesurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Nota 3 - Ativos intangíveis

No ano económico de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados assim como nas respetivas depreciações acumuladas, encontra-se no quadro seguinte:



Categorias	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por im período Acumuladas (3)	Quantia Escriurada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por im período Acumuladas (7)	Quantia Escriurada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos Intangíveis de domínio público património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	820 803,87	0,00	0,00	820 803,87	820 803,87	0,00	0,00	820 803,87
Projetos de desenvolvimento	708,14	0,00	0,00	708,14	708,14	0,00	0,00	708,14
Programas de computador e sistemas de informação	5 515 219,79	5 286 874,87	0,00	428 344,82	8 050 088,98	5 837 803,05	40 000,00	372 285,91
Propriedade industrial e intelectual	11 084 470,00	2 506 358,82	0,00	9 188 111,18	11 084 470,00	2 878 207,07	0,00	9 018 262,93
Outros ativos Intangíveis	115 000,00	0,00	0,00	115 000,00	115 000,00	0,00	0,00	115 000,00
Ativos Intangíveis em curso	27 858,14	0,00	0,00	27 858,14	15 858,14	0,00	0,00	15 858,14
Total	18 473 798,74	7 093 633,79	0,00	10 880 725,96	18 896 828,81	8 314 916,12	40 000,00	10 342 818,79

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com os elementos fundamentais. Estes contratos referem-se apenas ao Município de Coimbra e não implicam qualquer pagamento, havendo lugar a recebimentos.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Coimbra	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Terenos	20 anos, renováveis por iguais períodos				
Concepção, Construção e Concessão do Complexo Funerário Municipal de Coimbra	Ambineco Coimbra - Crematórios, SA	Complexo Funerário	30 anos	5% faturação (até 10 anos); 6% faturação (11 a 20 anos); 7% faturação (21 a 30 anos); mínimo 1000/mês			
Atribuição de direito de exploração de espaço para creche com berçário e infantário	Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra	Edifício	15 anos	Renda mensal de 410€, atualizada em janeiro, de acordo com inflação no ano anterior			
Concessão da Exploração do Parque Municipal de Campismo de Coimbra	Catarino & Associados - Gestão e Empreendimentos Turísticos, SA	Parque de Campismo	10 anos, renovável por períodos de 5 anos	10% receitas totais			

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia-se quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados assim como nas respetivas depreciações acumuladas, encontra-se no quadro seguinte:

Município de Coimbra

Contas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por impairment acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por impairment acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terras e recursos naturais	247 554 824,50	0,00	0,00	247 554 824,50	247 554 824,50	0,00	0,00	247 554 824,50
Edifícios e outras construções	27 548 338,63	17 928 342,84	0,00	9 620 095,79	27 548 338,63	20 574 415,48	0,00	6 973 923,15
Infraestruturas	58 658 258,25	21 807 807,18	0,00	36 850 451,07	74 988 028,43	34 984 958,20	0,00	40 003 070,23
Património histórico artístico e cultural	8 305 183,27	158,80	0,00	8 305 024,47	8 305 983,57	158,80	0,00	8 305 824,77
Outros								
Bens de domínio público em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terras e recursos naturais	38 884 480,47	0,00	0,00	38 884 480,47	38 043 737,34	0,00	0,00	38 043 737,34
Edifícios e outras construções	221 688 738,57	91 707 818,88	0,00	129 980 919,69	237 735 946,32	55 688 431,08	0,00	182 047 515,24
Equipamento básico	222 328 291,05	158 284 888,10	0,00	64 043 402,95	238 567 087,34	160 422 330,33	0,00	78 144 757,01
Equipamento de transporte	12 408 205,83	10 854 448,33	0,00	1 553 757,50	12 728 412,08	10 888 108,20	0,00	1 840 303,88
Equipamento administrativo	5 551 808,18	5 028 295,89	0,00	523 512,29	5 783 888,80	5 280 830,43	0,00	503 058,37
Equipamento biológico								0,00
Outros	4 425 190,80	3 712 719,10	0,00	712 471,70	4 738 888,81	3 853 814,95	0,00	885 073,86
Ativos fixos tangíveis em curso	52 014 470,78	0,00	0,00	52 014 470,78	80 981 174,08	0,00	0,00	80 981 174,08
Total	888 378 781,12	258 981 888,88	0,00	629 396 892,24	841 838 883,29	291 461 144,25	0,00	550 377 739,04

Nota 6 – Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário, são classificados como locações operacionais.

6.1 — Locações financeiras

Não há registo de locações financeiras.

6.2 — Locações operacionais

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados. A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação operacional, a 31 de dezembro de 2020, detalha-se da seguinte forma:

Bens Locados	Valor de controlo	Pagamentos efetivados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamento básico	888 740,42	290 984,82	0,00	494 282,57	0,00	88 253,04	0,00	0,00	88 253,04	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	740 883,20	11 812,32	0,00	11 812,32	0,00	80 254,40	146 878,88	0,00	227 133,28	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	88 899,88	11 385,52	0,00	11 385,52	0,00	22 888,56	34 877,28	0,00	57 765,84	0,00
Total	1 698 523,50	313 182,66	0,00	517 480,41	0,00	191 406,00	181 756,16	0,00	373 162,16	0,00

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de financiamento obtido consolidado, traduz-se da seguinte forma:

Designação	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos Bancários		
Passivo Corrente	4 406 632,54	4 377 305,08
Passivo não corrente	28 630 795,84	31 886 021,13
Total	33 037 428,38	36 263 326,21

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

Apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas, no início e no final do período, em propriedades de investimento:

Ativo	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo de custo)						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Depreciações do período	Perdas por im período	Reversões de perdas por im período	Diferenças cambiais	
Bens de domínio público								
Terranos e recursos naturais	236 042,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	236 042,87
Edifícios e outras construções	1 967 450,43	0,00	1 947 110,41	83 131,02	0,00	0,00	0,00	3 821 429,82
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 203 493,30	0,00	1 947 110,41	83 131,02	0,00	0,00	0,00	4 957 472,89

Nota 9 – Imparidade de ativos

Ativo	Quantia Bruta	Perdas por imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	2 319 675,23	339 698,66	0,00	1 979 976,57
Clientes, contribuintes e utentes	10 531 269,75	4 639 434,62	98 987,60	5 990 822,73
Fornecedoras	578 441,70	0,00	0,00	578 441,70
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	125 316,36	121 891,60	0,00	3 424,76
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	464 222,72	0,00	0,00	464 222,72
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	53 062 156,69	114 864,95	54 864,95	53 012 156,69
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	9 126 375,32	0,00	0,00	9 126 375,32
Ativos intangíveis	85 174,92	40 000,00	0,00	45 174,92
Investimentos em curso	72 740,54	0,00	0,00	72 740,54
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	76 365 373,23	5 255 889,83	163 852,55	71 273 335,95

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através do custo médio ponderado.

Apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários consolidada e dos movimentos do período.

10.1 – Inventários

Município de Coimbra

Handwritten signature

Ativo	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias	35 414,24	0,00	35 414,24
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 235 988,52	0,00	1 235 988,52
Produtos acabados e Intermeádios	320 254,56	0,00	320 254,56
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	1 591 657,32	0,00	1 591 657,32

10.2 – Inventários: Movimentos do período

Ativo	Quantia escriturada Inicial (1)	Movimentos do período						Quantia escriturada final (1)+(2)-(3)-(4)+(5)-(6)-(7)+(8)
		Compras Líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Variações nas avaliações de produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	
Mercadorias	35 434,34	8 237 871,26	8 233 891,36	0,00	0,00	0,00	0,00	35 414,24
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 011 488,45	4 240 098,95	4 061 030,19	11 842,19	0,00	0,00	1 316,46	1 235 988,52
Produtos acabados e Intermeádios	320 254,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320 254,56
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 363 178,35	10 477 770,21	10 294 711,55	11 842,19	0,00	0,00	1 316,46	1 591 657,32

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No final do ano económico, os valores registados, detalhados por rubricas, são os seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada Inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (1)+(2)-(3)-(4)-(5)-(6)-(7)+(8)
		Reversões (2)	Aumentos de quantia despendida (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (2)+(3)+(4)	Utilizações (5)	Reversões (6)	Outros diminuições (7)	Total diminuições (5)+(6)+(7)	
Impostos, contribuições e taxas	1 240 718,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 240 718,00
Carreiros e o bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	33 491 686,01	16 108,36	0,00	0,00	16 108,36	864 032,90	367 808,83	32 258 119,90	33 277 944,72	230 749,65
Acabamentos de trabalho e despesas profissionais	389 887,89	9 978,19	0,00	0,00	9 978,19	10 638,71	0,00	0,00	10 638,71	383 007,16
Métricas ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	49 377,29	1 058 974,21	0,00	0,00	1 058 974,21	0,00	0,00	0,00	0,00	49 377,29
Total	38 171 642,90	1 068 982,79	0,00	0,00	1 068 982,79	870 671,61	367 808,83	32 258 119,90	33 283 602,43	1 989 862,16

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 — Estado e Outros Entes Públicos

No final do ano económico, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos, apresentam os seguintes valores, em comparação com igual período de 2019:

Contas	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
Retenção de impostos sobre rendimentos	3 845,62	336 938,96	27 092,86	469 273,33
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1 662 733,49	145 372,68	949 214,48	152 180,88
Outros impostos	142 244,50	8 560,23	647,81	156 201,60
Contribuições Sistemas proteção social - P. trabalhador	0,00	198 789,41	0,00	197 155,58
Contribuições Sistemas proteção social - P. patronal	0,00	517 132,26	0,00	514 040,56
Subsistemas de saúde	0,00	326,42	0,00	146,36
Outras retenções	0,00	0,00	0,00	1 703,62
Outras tributações	64 934,15	6 468,24	251 636,58	0,00
Total	1 873 757,76	1 213 588,20	1 228 591,73	1 490 701,93

23.2 — Clientes, Contribuintes e Utentes

No quadro seguinte apresentam-se os valores dos anos económicos 2020 e 2019, detalhados por rubricas:

Contas	2020			2019		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido
Clientes c/c	3 042 016,93	53 281,81	2 988 755,12	2 744 420,50	52 767,09	2 691 653,41
Contribuintes	21 266,01	0,00	21 266,01	34 069,31	0,00	34 069,31
Utentes	24 893,10	0,00	24 893,10	150 554,78	0,00	150 554,78
Clientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa	5 756 584,53	5 411 648,28	344 936,25	5 059 271,52	4 938 109,74	121 161,78
Saldo a receber	8 844 760,57	5 464 910,09	3 379 850,48	7 988 316,11	4 990 876,83	2 997 439,28

23.3 — Outras Contas a Receber

As Outras Contas a Receber desagregam-se da seguinte forma:

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Devedores por acréscimos de rendimentos	26 926 807,21	3 137 362,22
Outros devedores curto prazo	1 637 782,36	2 188 895,88
Saldo a receber	28 564 589,57	5 326 258,10

23.4 — Fornecedores

A evolução da rubrica Fornecedores consta a seguir:

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores c/c	3 061 866,09	2 645 924,12
Faturas em receção e conferência	1 526 148,48	1 447 953,43
Fornecedores de investimentos c/c	166 524,91	237 696,55
Faturas em receção e conferência de investimentos	325 542,00	3 406 617,30
Saldo a pagar	5 080 081,48	7 738 191,40

23.5 — Outras Contas a Pagar

Apresenta-se em baixo o detalhe e a evolução das Outras Contas a Pagar:

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações a pagar	3 378,86	74,16
Acrés. Gastos - Remunerações a Liquidar	5 513 859,86	5 421 973,19
Acrés. Gastos - Juros a liquidar e outros gastos financeiros	32 627,83	34 570,54
Acrés. Gastos - Outros acréscimos de gastos	18 503 597,75	13 430 055,44
Adiantamentos por conta de vendas	100 748,04	100 748,04
Outros credores-Outros	3 123 492,58	4 186 544,42
Cauções	1 448 435,92	1 527 710,57
Sindicatos	5 579,60	5 691,48
FAM - Fundo de Apoio Municipal	82 650,77	165 301,75
Saldo a pagar	28 814 371,21	24 872 669,59

23.6 — Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) apresenta o seguinte detalhe, para os anos económicos de 2020 e 2019:

Município de Coimbra

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Electricidade	4 260 140,99	4 783 339,42
Combustíveis	530 960,20	554 004,03
Água	1 653 759,83	1 302 642,50
Outros fluidos	36,38	60,14
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	79 368,00	83 149,70
Livros e documentação técnica	656,97	921,88
Material de escritório	12 531,68	14 098,38
Artigos para oferta	22 102,69	49 074,94
Rendas e alugueres	1 649 417,73	1 977 146,90
Despesas de representação	2 558,82	11 803,35
Comunicação	707 212,96	767 739,10
Seguros	842 131,64	661 366,80
Transportes de pessoal	929,95	1 397,05
Serviços de alojamento e de restauração	7,50	0,00
Deslocações e estadas	4 033,42	17 917,31
Honorários	396 920,48	446 995,61
Contencioso e notariado	37 526,69	77 370,52
Conservação e reparação	2 308 797,74	2 183 770,17
Publicidade e propaganda	199 491,61	274 926,05
Limpeza, higiene e conforto	1 316 264,83	1 210 605,79
Vigilância e segurança	922 659,15	812 227,46
Trabalhos especializados	1 878 412,50	1 483 198,45
Recolha e Tratamento de resíduos sólidos	4 052 022,27	3 877 552,63
Recolha e tratamento de efluentes	6 129 115,84	5 960 702,81
Encargos de cobrança	1 251 239,70	1 189 436,82
Medicamentos e artigos para a saúde	68 332,76	0,00
Produtos químicos e de laboratórios	3 589,83	0,00
Outros materiais diversos de consumo	44 276,05	0,00
Material de educação, cultura e recreio	22 509,06	0,00
Outros fornecimentos e serviços	7 147 798,94	6 575 446,61
Total	32 184 574,03	33 024 671,16

23.7 — Gastos com o Pessoal

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta gastos com o pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros	262 544,97	253 757,84
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	153 430,67	148 964,60
Remunerações do pessoal	36 169 103,12	35 683 962,63
Benefícios pós-emprego	3 925,46	1 593,35
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	8 105 200,98	7 893 575,97
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	476 080,59	474 339,01
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	1 308 710,55	1 466 395,06
Outros encargos sociais	431 533,49	48 770,55
Total	46 910 529,83	45 971 359,01

23.8 — Transferências e Subsídios Concedidos

Em 31 de dezembro as “Transferências e Subsídios Concedidos” apresentavam a seguinte composição:

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Freguesias	2 750 562,41	2 774 047,45
Serviços Municipalizados - Transferências correntes	2 296,21	0,00
Associações de municípios	59 035,21	13 838,81
Outras transferências correntes	11 478,89	0,00
Administração central - Estado	315 813,95	250 985,56
Instituições sem fins lucrativos	2 867 406,09	2 909 377,66
Famílias	130 070,89	135 372,18
Serviços Municipalizados - Subsídios correntes concedidos	0,00	0,00
Transferências de Capital	2 322 679,31	1 220 573,01
Total	8 459 342,96	7 304 194,67

23.8 — Outras informações relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados

O Município de Coimbra apresenta a seguinte informação:

- Provisões para processos judiciais em curso:

Divulgamos, em anexo, a listagem dos processos judiciais em curso. De acordo com informação jurídica, a probabilidade de o Município de Coimbra ser condenado em algum destes processo é remota ou $\leq 50\%$, pelo que, para estas ações, não foram constituídas provisões.

Mapa em anexo: “Processos Judiciais em Curso”

- Obras de Arte do novo Centro de Arte Contemporânea de Coimbra:

A 18 de junho de 2020 foi assinado entre o Município de Coimbra e a Direção-Geral do Património Cultural, o Protocolo de *“Cedência temporária de obras da coleção de Arte Contemporânea do Estado, para a criação do Centro de Arte Contemporânea de Coimbra, por um período de 25 anos, podendo ser renovada, por acordo dos Outorgantes e por igual período.*

Os SMTUC informam o seguinte:

- Provisões para Impostos, Contribuições e Taxas

Em 2020 mantém-se a provisão para outros riscos e encargos – comparticipação para o Serviço Nacional de Saúde, no montante global de 990.718,00 €.

- Provisões para Processos Judiciais em Curso

Anulação das provisões de 202.492,15 € e de 97.047,42 €, constituídas para fazer face a processos judiciais distintos, cujas sentenças do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra se revelaram favoráveis.

- Provisões para Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

O valor da provisão para reconhecimento das responsabilidades futuras relativas a Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais ascende a 383.007,16 €.

A Águas de Coimbra considera relevante a seguinte informação:

- Encontram-se pendentes 4 ações no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, no montante total de 274.349,88 € e uma no Tribunal de Trabalho da Comarca de Coimbra, no montante de 8.195,91 €.

De acordo com informação jurídica, a probabilidade da Águas de Coimbra ser condenada nos processos referidos anteriormente é muito baixa, pelo que não foram constituídas provisões.

- Corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra uma ação administrativa em que é pedido o pagamento de 6.020.342,03 €.

Esta ação é extremamente complexa do ponto de vista jurídico pelo que não é possível prever se existirá condenação para a Águas de Coimbra nem tampouco estimar o montante a indemnizar em caso de condenação. Face às justificações apontadas, optou-se por não constituir qualquer provisão.

- Encontram-se pendentes outras 4 ações no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, no montante total de 227.492,75 €, e uma nos Julgados de Paz de Coimbra, no montante de 3.256,90 €, para as quais foram constituídas provisões.

No que se refere ao Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A., informa-se o seguinte:

- Processos Judiciais em curso:

Decorre uma ação administrativa no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra em que o Coimbra iParque, S.A. reclama o pagamento de 200.851,23 € ao Ministério da Economia.

- Contencioso Tributário:

Em 27 de julho de 2019, o Coimbra iParque, S.A. apresentou uma Reclamação Graciosa na Direção de Finanças de Coimbra relacionada com IVA deduzido, cuja

decisão de indeferimento foi proferida em janeiro de 2020. Na sequência daquela decisão, o Coimbra iParque, S.A. efectuou uma impugnação judicial que se encontra a decorrer no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra.

No âmbito do processo referido anteriormente, em 08 de junho de 2020 foi realizada uma hipoteca voluntária a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira como garantia dos processos de execução em curso no montante (máximo) de 651.064, 94 €.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis às contas consolidadas deste Município, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

RECONCILIAÇÃO PARA BALANÇO DE ABERTURA DO SNC-AP CONSOLIDADO

Rubricas do Balanço (1)	Reconciliação									SNC-AP
	Valores conforme POCAL 31/12/2019 (2)	Reconhecimento (3)	Desrec-nhecimento (4)	Critério de mensuração (5)	Imparidades / reversões (6)	Outros (7)	Erros (8)	Revisões / Reações (9)	(10) = (2) + ... + (9)	
Ajustamentos	-47 569 769,44									
Ativos fixos tangíveis	-43 735 663,50	0,00	-11 457 590,03	0,00	-492 790,09	22 403 005,70	-24 624 234,67	-534,09	777 557 081,72	
Propriedades de investimento	-2 668 811,83	0,00	-11 360 925,08	0,00	64 864,95	-4 040 845,15	-24 624 234,67	0,00	564 145 491,94	
Ativos intangíveis	820 603,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-116 447,24	0,00	639 468 791,52	
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 203 493,30	
Participações financeiras	-41 887 455,34	0,00	-96 664,95	0,00	64 864,95	0,00	0,00	0,00	10 580 725,95	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 124 701,35	
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	681 354,68	
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86 425,14	
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 074 825,24	0,00	0,00	0,00	
ATIVO CORRENTE	-3 834 105,94	0,00	0,00	0,00	-557 655,04	26 443 850,85	0,00	-534,09	113 411 589,78	
Inventários	1 151 980,67	0,00	0,00	0,00	0,00	211 194,68	0,00	0,00	1 363 175,35	
Ativos biológicos reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	-69 947,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 569 205,04	
Clientes, contribuintes e utentes	-2 834 241,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 647,48	
Estado e outros entes públicos	116,10	0,00	0,00	0,00	-557 655,04	0,00	0,00	0,00	2 439 784,24	
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 228 591,73	
Outras contas a receber	5 326 258,10	0,00	0,00	0,00	0,00	26 232 656,17	0,00	-534,09	31 558 380,18	
Diferimentos	357 286,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	357 286,16	
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Caixa e depósitos	57 872 519,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57 872 519,60	
PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVO	791 729 224,90	0,00	-11 457 590,03	0,00	-492 790,09	22 403 005,70	-24 624 234,67	-534,09	777 557 081,72	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	616 808 105,03	0,00	-11 457 590,03	0,00	31 762 320,90	26 102 610,29	-24 624 234,67	6 321 028,60	644 912 240,12	
Patrimônio/Capital	372 852 946,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372 852 946,92	
Ações (quotas) próprias	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros instrumentos de capital próprio	-200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reservas	-1 371 653,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 763 250,06	
Resultados transitados	3 021 155,38	0,00	-11 457 590,03	0,00	31 762 320,90	26 102 610,29	-18 812 163,97	0,00	78 151 990,12	
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 829,76	
Excedentes de reavaliação	-69 305,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161 238 112,44	
Outras variações no Patrimônio Líquido	2 657 718,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 693 802,91	
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dividendos antecipados	207 307,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	207 307,91	
Interesses que não controlam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Rubricas do Balanço (1)	Ajustamentos	Valores conforme POCAL 31/12/2019 (2)	Reconhe- cimento (3)	Deveco- nhocimento (4)	Crédito de mensuração (5)	Imparidades / reversais (6)	Quinze (7)	Erros (8)	Reclassi- ficações (9)	SNC-AP 01/01/2020 (10) = (2) + ... + (9)
PASSIVO	-9 860 135,25	174 921 119,87	0,00	0,00	0,00	-32 255 110,99	-3 689 604,59	0,00	-6 321 562,69	132 644 841,60
PASSIVO NÃO CORRENTE	-1 682 626,27	68 532 776,12	0,00	0,00	0,00	-32 255 110,99	0,00	0,00	0,00	36 277 665,13
Provisões	-1 682 626,27	35 171 448,98	0,00	0,00	0,00	-32 255 110,99	0,00	0,00	0,00	2 916 337,99
Financiamentos obtidos	0,00	31 886 021,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31 886 021,13
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	1 475 306,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 475 306,01
PASSIVO CORRENTE	-8 177 508,98	106 388 343,75	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 699 604,59	0,00	-6 321 562,69	96 367 176,47
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	570 282,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570 282,08
Fornecedores	-1 030 603,27	4 093 877,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 093 877,55
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	-309 149,12	1 490 701,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-276,89	1 490 425,04
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	-69 947,74	4 377 305,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 377 305,08
Fornecedores de investimentos	-180 808,65	3 644 313,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 644 313,85
Outras contas a pagar	-6 587 000,20	25 737 241,35	0,00	0,00	0,00	0,00	658 805,69	0,00	-257,20	26 395 789,84
Diferimentos	0,00	66 474 621,91	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 358 410,28	0,00	-6 321 028,60	55 795 183,03
Passivos financeiros devidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Processos Judiciais em Curso (CMC)

N.º	Ano	Adm.	Ass	Assunto	Org. de Impl.	N.º proc.	Partes	Instância	Matrícula	Sig. Reg. Inq. nº/11	Preliminar de sanção de suspensão	Tempo	Destinatários	Resolução
1	2014	AA	Class. suspensão	Formosa o exatidão judicial do inquerito do S.º de Camões e a natureza e importância da substanciação	Adm. Adm. Camões	134/14.08XCB	Auto: MGC; Respndentes: Camões SA	6a	0 218 07426 6	14/07/2020 - A AIA adverte o respetivo C.º do Reg.º de Investimentos do Banco Português de Seguros para o cumprimento do disposto na mesma legislação. A AIA solicita ao Banco Português de Seguros a apresentação de uma proposta de plano de trabalho de cumprimento das obrigações de transparência, bem como a apresentação de dados de natureza estatística, bem como a apresentação de dados de natureza estatística de natureza estatística. O Banco Português de Seguros deverá apresentar a proposta de plano de trabalho de cumprimento das obrigações de transparência, bem como a apresentação de dados de natureza estatística, bem como a apresentação de dados de natureza estatística de natureza estatística. O Banco Português de Seguros deverá apresentar a proposta de plano de trabalho de cumprimento das obrigações de transparência, bem como a apresentação de dados de natureza estatística, bem como a apresentação de dados de natureza estatística de natureza estatística.	« em 10%»	NAO	Sim	
2	2014	AA	Class. suspensão	Formosa o exatidão judicial do inquerito do S.º de Camões e a natureza e importância da substanciação	Adm. Adm. Camões	441/14.08XCB	Auto: MGC; Respndentes: Camões SA	6a	2 132 3778 6	14/07/2020 - A AIA adverte o respetivo C.º do Reg.º de Investimentos do Banco Português de Seguros para o cumprimento do disposto na mesma legislação. A AIA solicita ao Banco Português de Seguros a apresentação de uma proposta de plano de trabalho de cumprimento das obrigações de transparência, bem como a apresentação de dados de natureza estatística, bem como a apresentação de dados de natureza estatística de natureza estatística. O Banco Português de Seguros deverá apresentar a proposta de plano de trabalho de cumprimento das obrigações de transparência, bem como a apresentação de dados de natureza estatística, bem como a apresentação de dados de natureza estatística de natureza estatística.	« em 10%»	NAO	Sim	
3	2014	AA	Urbanismo	Formosa o exatidão judicial do inquerito do S.º de Camões e a natureza e importância da substanciação	Adm. Adm. Camões	754/14.08XCB	Auto: URBANISMO12; Res: URBANISMO	6a	25 123 182208 6	14/07/2020 - A AIA solicita ao Banco Português de Seguros a apresentação de uma proposta de plano de trabalho de cumprimento das obrigações de transparência, bem como a apresentação de dados de natureza estatística, bem como a apresentação de dados de natureza estatística de natureza estatística. O Banco Português de Seguros deverá apresentar a proposta de plano de trabalho de cumprimento das obrigações de transparência, bem como a apresentação de dados de natureza estatística, bem como a apresentação de dados de natureza estatística de natureza estatística.	« em 10%»	NAO	Sim	

Archer

Proj. Q.	Ano	Aditivo	Atos	Assunto	Data de edição	1ºª vez	Partes	Revisão/ Alterações	Estimativa orçamentária/ Beneficiários	Seguro resp. civil	Viabilidade do desenvolvimento do benefício	Montante	Beneficiários	Beneficiário
4	2017	AA	União	Declaração de validade das deliberações de 27/03/2017 e de 23/07/2018, que autorizam a contratação de seguro de vida para beneficiários do plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única	Atos Adm	23/07/2018	Atos: Portaria de Incentivos e Gestão de Recursos Humanos e Gestão de Recursos Humanos	Em	714.111,00 €	31/07/2020 atualizado = 30/03/2021 (RDC) - A ASA emite um parecer que se encontra por não ser RDC em si, mas sim uma declaração de validade das deliberações de 27/03/2017 e de 23/07/2018 e, portanto, não se trata de ato administrativo - competência das deliberações de 27/03/2017 e de 23/07/2018 e, portanto, não se trata de ato administrativo, não sendo necessário o recurso para a ASA. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2017, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2018, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2019, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2020, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2021, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração.	Em	0,00 = 0%	Em	30/03/2021 - O RDC não contém qualquer alteração das deliberações de 27/03/2017 e de 23/07/2018.
5	2019	AA	Organização e Implementação de um novo plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única	Projeto de proposta de alteração do Plano de Saúde Coletivo de Saúde em Regime de Contribuição Única	Atos Adm	23/07/2018	Atos: Portaria de Incentivos e Gestão de Recursos Humanos e Gestão de Recursos Humanos	Em	1.082.914,00 €	14/07/2020 atualizado = 30/03/2021 - A ASA emite um parecer que se encontra por não ser RDC em si, mas sim uma declaração de validade das deliberações de 27/03/2017 e de 23/07/2018 e, portanto, não se trata de ato administrativo - competência das deliberações de 27/03/2017 e de 23/07/2018 e, portanto, não se trata de ato administrativo, não sendo necessário o recurso para a ASA. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2017, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2018, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2019, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2020, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2021, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração.	Em	0,00 = 0%	Em	30/03/2021 - A ASA emite um parecer que se encontra por não ser RDC em si, mas sim uma declaração de validade das deliberações de 27/03/2017 e de 23/07/2018.
6	2020	AA	Organização e Implementação de um novo plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única	Projeto de proposta de alteração do Plano de Saúde Coletivo de Saúde em Regime de Contribuição Única	Atos Adm	23/07/2018	Atos: Portaria de Incentivos e Gestão de Recursos Humanos e Gestão de Recursos Humanos	Em	1.082.914,00 €	14/07/2020 atualizado = 30/03/2021 - A ASA emite um parecer que se encontra por não ser RDC em si, mas sim uma declaração de validade das deliberações de 27/03/2017 e de 23/07/2018 e, portanto, não se trata de ato administrativo - competência das deliberações de 27/03/2017 e de 23/07/2018 e, portanto, não se trata de ato administrativo, não sendo necessário o recurso para a ASA. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2017, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2018, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2019, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2020, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração. O plano de saúde coletivo de saúde em regime de contribuição única, aprovado em 2021, encontra-se em vigor e não há necessidade de alteração.	Em	0,00 = 0%	Em	30/03/2021 - A ASA emite um parecer que se encontra por não ser RDC em si, mas sim uma declaração de validade das deliberações de 27/03/2017 e de 23/07/2018.

Marcha

Proj. Q.	Ano	Atividade	Area	Assunto	Tipo de Ação	R\$ para	Partes	Indicador de Impacto Social	Indicador de Impacto Econômico	Supremo Resp. nº/11	Probabilidade de implementação do Relatório	Resumo	Resumo	Desenvolvimento
30	2020	A14	Responsabilidade ambiental	Comunicação sobre o novo modelo de gestão de resíduos sólidos e o sistema de coleta seletiva. A partir de 15/03/2020, a coleta seletiva será realizada em dias alternados, com coleta de recicláveis em dias ímpares e coleta de orgânicos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Programa de CO	R\$ 200.000,00 (R\$ 200.000,00)	Ativo - C.T. - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	9.180,00 €					
31	2020	A14	Responsabilidade social	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Ação de Apoio	R\$ 400.000,00 (R\$ 400.000,00)	Ativo - Apoio - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	20.000,00 €					
32	2020	A14	Responsabilidade social	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Ação de Apoio	R\$ 3.720.000,00 (R\$ 3.720.000,00)	Ativo - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	7.840,34 €					
33	2019	A14	Recursos Humanos	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Evento	R\$ 432.192,00 (R\$ 432.192,00)	Evento - Apoio - Atividade para o Conselho de Trabalho	Evento	1.400.000,00 €					
34	2020	A14 (B)	Outros assuntos	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Ação de Apoio	R\$ 3.530.000,00 (R\$ 3.530.000,00)	Ativo - Apoio - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	3.220.000,00 €					
35	2020	A14 (B)	Responsabilidade social	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Ação de Apoio	R\$ 182.000,00 (R\$ 182.000,00)	Ativo - Apoio - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	900.000,00 €					
36	2013	A14 (B)	Responsabilidade social	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Ação de Apoio	R\$ 445.132,00 (R\$ 445.132,00)	Ativo - Apoio - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	295.000,00 €					
37	2012	B4	Responsabilidade social	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Ação de Apoio	R\$ 437.112,00 (R\$ 437.112,00)	Ativo - Apoio - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	112.000,00 €					
38	2013	B4	Outros assuntos	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Ação de Apoio	R\$ 413.715,00 (R\$ 413.715,00)	Ativo - Apoio - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	330.000,00 €					
39	2012	B4	Comunicação pública	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Ação de Apoio	R\$ 407.112,00 (R\$ 407.112,00)	Ativo - Apoio - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	300.000,00 €					
40	2016	B4	Recursos Humanos	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Ação de Apoio	R\$ 736.116,00 (R\$ 736.116,00)	Ativo - Apoio - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	1.410.000,00 €					
41	2019	B4	Recursos Humanos	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Ação de Apoio	R\$ 90.119,00 (R\$ 90.119,00)	Ativo - Apoio - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	65.000,00 €					
44	2019	B4	Fiscalização	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Ação de Apoio	R\$ 630.119,00 (R\$ 630.119,00)	Ativo - Apoio - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	131.000,00 €					
41	2020	B4	Comunicação pública	Política de sustentabilidade para o setor de produção e distribuição de produtos. A partir de 15/03/2020, a distribuição de produtos será realizada em dias alternados, com distribuição de produtos em dias ímpares e distribuição de produtos em dias pares, sob supervisão constante de equipes de campo e suporte.	Ação de Apoio	R\$ 207.700,00 (R\$ 207.700,00)	Ativo - Apoio - Atividade para o Conselho de Trabalho	Atividade	21.000,00 €					

Ano	Advoc.	Ano	Assunto	Objeto do contrato	Nº. proc.	Estado	Indicador de desempenho	Indicador de pagamento	Publicidade de contratação do Município	Preço	Indicador de pagamento	Indicador de desempenho	
78	2018	64	Comércio público	O autor apresenta uma indenização pela entrega que teve de pagar a soma de R\$ 16.175,00, para publicação de um edital, o qual não foi publicado devido ao não cumprimento de uma exigência prevista no edital de 2016, a qual ocorreu no seguinte: Anulação de dispensa de 10/07/2016 e encaminhamento do edital de licitação para assinatura de uma cópia autografada por todos os membros do Comitê de Licitação em 24/07/2016.	1827/2018PROBO	Aplicação de Lei	Não	14.174,00 €	29/03/2021 - Não	< 30% = 20%	100%	Sim	
79	2018	64	Organização e funcionamento de pb	Anulação de dispensa de 10/07/2016 e encaminhamento do edital de licitação para assinatura de uma cópia autografada por todos os membros do Comitê de Licitação em 24/07/2016.	730/18OACD	Aplicação de Lei	Não	18.000,00 €	PROCESSO INCO IN 2021	PROCESSO INCO IN 2021	< 30% = 20%	100%	Sim
81	2018	64 - JARIUC	Responsabilidade (interadministrativa)	Aplicação de nova ordenação orçamentária para o exercício de 2018, com o intuito de garantir a cobertura orçamentária e financeira das despesas previstas no plano quinquenal.	CO/2018/12/16	Processo de CO	Apagado	79.000,00 €					
82	2012	64 - JARIUC	Responsabilidade (interadministrativa)	Validação de recursos federais em e demais fontes oriundas de Agentes de Proteção Ambiental, para fins de execução de projetos.	IC7-2012-0142	Processo de CO	Apagado	79.000,00 €					
83	2019	SPSASA	Passagem	A Agente de Defesa Ambiental, S.A. apresenta uma proposta para a prestação de serviços de manutenção e conservação das instalações de saneamento e tratamento de efluentes, a serem realizadas em 01/01/2021. A proposta é de R\$ 18.238.212,16, mais o valor de 4.000,00 (quatro mil reais) de multa por atraso na entrega da proposta, totalizando R\$ 18.242.212,16.	247/18OACD	Aplicação de Lei	Processo de Compra Direta	18.238.212,16 €	29/03/2021 - O Edital recebeu somente uma proposta de interessados				
Total								€ 48.178.012,16					

Legislação: Lei - Anticorrupção & Responsabilização - Lei 13.640/2018; Lei - Lei de Acesso à Informação - Lei 12.527/2012; Lei - Lei de Licitação - Lei 14.133/2021; Lei - Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei 101/2000; Lei - Lei de Transparência Ativa - Lei 13.624/2018; Lei - Lei de Acesso à Informação - Lei 12.527/2012; Lei - Lei de Licitação - Lei 14.133/2021; Lei - Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei 101/2000; Lei - Lei de Transparência Ativa - Lei 13.624/2018.